

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE GRADUAÇÃO
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

MARCOS VINÍCIOS DOS SANTOS SOARES

**ANÁLISE DO IMPACTO ECONÔMICO DO ROMPIMENTO DO REINO UNIDO
COM A UNIÃO EUROPEIA (BREXIT) POR MEIO DO MODELO DE EQUILÍBRIO
GERAL COMPUTÁVEL**

São Leopoldo

2019

MARCOS VINÍCIOS DOS SANTOS SOARES

**ANÁLISE DO IMPACTO ECONÔMICO DO ROMPIMENTO DO REINO UNIDO
COM A UNIÃO EUROPEIA (BREXIT) POR MEIO DO MODELO DE EQUILÍBRIO
GERAL COMPUTÁVEL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas, pelo Curso de Ciências Econômicas da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – UNISINOS

Orientadora: Profa. Dra. Angélica Massuquetti

São Leopoldo

2019

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus por sempre colocar pessoas especiais em minha vida, obrigado.

Agradeço à minha família, que me apoiou incondicionalmente, aos meus pais, Otemar Soares e Valdereza Soares, e à minha irmã, Fernanda Soares, obrigado.

À minha super orientadora, Angélica Massuquetti, que me orientou, me apoiou e me incentivou na realização deste trabalho, muito obrigado. Ao professor André Azevedo, pelo apoio técnico tão importante na metodologia deste trabalho, obrigado.

Aos meus amigos, Natália Gonçalves e Fabrício Guerreiro, pelo apoio na construção da monografia, obrigado.

À Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), que me deu a oportunidade de adquirir conhecimento e conhecer pessoas fantásticas como colegas e professores, obrigado.

Por fim, agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para a realização deste trabalho, obrigado.

A nation is not made wealthy by childish accumulation of shiny metals, but it is enriched by the economic prosperity of its people.

Adam Smith

RESUMO

Em 2016, os cidadãos do Reino Unido compareceram às urnas para votarem pela permanência ou não do Reino Unido na União Europeia (UE). Esse processo, nomeado de Brexit, marcou a história do bloco europeu, pois foi a primeira vez que um país solicitou seu desligamento. O objetivo deste estudo é avaliar os impactos sobre o comércio internacional e os efeitos sobre o bem-estar no Reino Unido e na UE a partir da consolidação do Brexit. Nesta pesquisa, utilizou-se a classificação de produtos por grau de intensidade tecnológica, segundo os critérios da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), e o modelo de equilíbrio geral computável, mediante uso da base de dados *Global Trade Analysis Project* (GTAP), versão 9. Os resultados revelaram que o Reino Unido seria o maior prejudicado com a ruptura, ocorrendo uma redução no volume de bens transacionados e uma diminuição do bem-estar – queda na eficiência alocativa e deterioração dos termos de troca. Identificou-se que a UE também seria prejudicada com o Brexit, porém com menor intensidade devido ao seu mercado comum. Observou-se também que outras regiões obteriam vantagens comerciais e de bem-estar, como, por exemplo, RICS (Rússia, Índia, China e África do Sul), USMCA (*United States-Mexico-Canada Agreement*) e Brasil.

Palavras-chave: Reino Unido. União Europeia. Brexit. Comércio Internacional. GTAP.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Cédula de Votação.....	35
Figura 2 – Mapa de Votação	36

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Exportações do Reino Unido, por país, em 2011 e em 2018 (US\$ bilhões).....	23
Gráfico 2 – Importações do Reino Unido, por país, em 2011 e em 2018 (US\$ bilhões).....	24
Gráfico 3 – Exportações do Reino Unido, por produto, em 2011 e em 2018 (US\$ bilhões).....	25
Gráfico 4 – Importações do Reino Unido, por produto, em 2011 e em 2018 (US\$ bilhões).....	26

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Formação da União Europeia.....	14
Quadro 2 – Tratados da União Europeia.....	15
Quadro 3 – Questionamentos: Reino Unido e a Zona do Euro	29

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Variação das tarifas das importações bilaterais (pontos percentuais).....	44
Tabela 2 – Elasticidades de substituição.....	45
Tabela 3 – Variação no volume das importações (%)	46
Tabela 4 – Efeitos sobre o bem-estar (milhões de US\$)	47
Tabela 5 – Decomposição da eficiência alocativa (milhões de US\$)	48
Tabela 6 – Variação nos termos de troca (milhões de US\$)	49

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 UNIÃO EUROPEIA E REINO UNIDO: ASPECTOS HISTÓRICOS E ECONÔMICOS	11
2.1 CRIAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA	11
2.2 REINO UNIDO NO CONTEXTO DE FORMAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA	16
2.3 REINO UNIDO NO COMÉRCIO INTERNACIONAL.....	22
3 BREXIT: ANTECEDENTES E REFERENDO	28
3.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS	28
3.2 REFERENDO SOBRE A PERMANÊNCIA DO REINO UNIDO NA UE	34
4 IMPACTOS ECONÔMICOS DO BREXIT	41
4.1 AGREGAÇÃO REGIONAL E SETORIAL E CENÁRIO	41
4.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	45
4.2.1 Impactos sobre o comércio internacional.....	45
4.2.2 Efeitos sobre o bem-estar	47
5 CONCLUSÃO	51
REFERÊNCIAS	52

1 INTRODUÇÃO

No dia 23 de junho de 2016, os cidadãos do Reino Unido compareceram às urnas para votarem pela permanência ou não do Reino Unido na União Europeia (UE). O resultado do referendo deu a vitória à saída do Reino Unido do bloco, com 51,9% dos votos. (THE ELECTORAL COMMISSION, 2016). Esse processo, nomeado de Brexit, marcou a história do bloco europeu, pois foi a primeira vez que um país solicitou seu desligamento.

Esse fato inédito colocou em dúvida o futuro da idealização de uma Europa mais integrada, que foi objetivo de muitos líderes após a Segunda Guerra Mundial. Inicialmente, o intuito era acabar com as guerras no continente e, mais tarde, reforçar as economias dos membros com políticas de liberalização econômica, de redução do protecionismo e de aumento das trocas comerciais, que propiciariam o crescimento econômico ao longo do tempo. (BALDWIN; WYPLOSZ, 2009).

Nessa perspectiva, percebe-se a necessidade de avaliar os impactos sobre o comércio internacional e os efeitos sobre o bem-estar no Reino Unido e na UE a partir da consolidação do Brexit. Neste estudo, utilizou-se a classificação de produtos por grau de intensidade tecnológica segundo os critérios da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e o modelo de equilíbrio geral computável, mediante uso da base de dados *Global Trade Analysis Project* (GTAP), versão 9, com o intuito de simular os impactos sobre o comércio internacional e os efeitos sobre o bem-estar de uma possível desintegração comercial do Reino Unido com a UE.

Para atingir o objetivo, dividiu-se o estudo em cinco capítulos, considerando a Introdução. No segundo capítulo, realizou-se a revisão dos aspectos históricos e econômicos do Reino Unido e da UE, mostrando a criação do bloco europeu, e o Reino Unido no contexto da UE e, por fim, no comércio internacional. No terceiro capítulo, apresentou-se uma revisão dos antecedentes que levaram ao Brexit, o referendo e as consequências após a votação. No quarto capítulo, explicitou-se o método empregado e foram analisados os resultados do estudo. Por fim, no último capítulo, apresentaram-se as conclusões do estudo.

2 UNIÃO EUROPEIA E REINO UNIDO: ASPECTOS HISTÓRICOS E ECONÔMICOS

Neste capítulo, inicialmente, aborda-se a criação da UE. Num segundo momento, analisa-se o Reino Unido no contexto do bloco e, por fim, suas relações comerciais internacionais.

2.1 CRIAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA

A UE, como é conhecida na atualidade, entrou em vigor no ano de 1992, com a adoção do Tratado da União Europeia, assinado em Maastricht, nos Países Baixos. O bloco possui determinadas regras e leis que têm por finalidade unir economicamente, politicamente e socialmente seus membros. Entretanto, as bases do alicerce da UE foram construídas muitos anos antes.

No início da década de 1950, a Europa ainda se recuperava da devastação deixada pela Segunda Guerra Mundial e os líderes europeus se preocupavam em como manter a paz e reerguer o continente. Havia um agravante que era o início da guerra fria entre os Estados Unidos da América (EUA) e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que deixava a Europa geograficamente no centro do conflito, gerando grande inquietação. Um líder, em especial, se destacou ao incentivar a integração dos países do velho continente, que foi o ministro francês dos negócios exteriores, *Robert Schuman*. Em 9 de maio de 1950, em Paris, ele proferiu um celebre discurso:

A paz mundial não poderá ser garantida sem a realização de esforços proporcionais aos perigos que a ameaçam. A Europa não se fará de uma só vez, ou de um único plano: se fará por meio de realizações concretas que criem em primeiro lugar uma solidariedade de fato. A união das nações europeias exige que seja eliminada a secular oposição entre a França e a Alemanha. A unificação das produções de carvão e de aço assegura imediatamente o estabelecimento de bases comuns de desenvolvimento econômico, primeira etapa da federação europeia, e mudará o destino das regiões durante muito tempo condenadas a fabricação de armas de guerra, das quais constituíram as mais constantes vítimas. (SCHUMAN, 1950, tradução nossa).¹

¹ “La paix mondiale ne saurait être sauvegardée sans des efforts créateurs à la mesure des dangers qui la menacent. L'Europe ne se fera pas d'un coup, ni dans une construction d'ensemble: elle se fera par des réalisations concrètes créant d'abord une solidarité de fait. Le rassemblement des nations européennes exige que l'opposition séculaire de la France et de l'Allemagne soit éliminée.

Segundo European Commission (EUROPEAN UNION, 2013), o chanceler alemão *Konrad Adenauer* aderiu à fala do ministro francês, assim como fez os governos dos Países Baixos, da Bélgica, da Itália e de Luxemburgo. Em menos de um ano, em 18 de abril de 1951, os seis membros fundadores assinaram o Tratado de Paris. Criou-se, então, a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) – primeira comunidade supranacional da Europa. O intuito da CECA era controlar a produção de aço e de carvão dos países membros de modo a dificultar ou impossibilitar uma corrida armamentista que resultasse em guerra. Novamente, o discurso do ministro francês resumiu o intuito da criação da CECA: “O Governo francês propõe subordinar o conjunto da produção franco-alemã de carvão e de aço a uma alta autoridade, numa organização aberta à participação dos outros países da Europa”. (SCHUMAN, 1950, tradução nossa).²

A criação desta comunidade abriu caminho para a concepção de outra comunidade europeia, em março de 1957, no Tratado de Roma, quando os países pertencentes à CECA assinaram novos acordos, instituindo duas novas organizações. Surgiram nesse tratado a Comunidade Econômica Europeia (CEE) e a Comunidade Europeia da Energia Atômica (CEEa).

A criação dessas duas comunidades teve o intuito de aprofundar o livre comércio dos países membros, permitindo o desenvolvimento econômico da região e o controle e a regulação da exploração de materiais nucleares:

Considerando a distribuição internacional da propriedade nuclear como um instrumento de controle de conflitos bélicos, pode-se compreender o novo tratado como um desdobramento do plano de Schuman de garantir a paz tornando a guerra impossível. (SILVEIRA, 2018, p. 12).

O alargamento da CEE se deu em três etapas: uma em 1973, com a adesão do Reino Unido, da Irlanda e da Dinamarca; a outra em 1981, com a Grécia; e, por último, em 1986, com Portugal e com Espanha. Iniciou-se, então, a comunidade dos 12 que reproduziu uma Europa mais heterogênea, com países de características bem distintas em relação às políticas socioeconômicas.

L'action entreprise doit toucher au premier chef la France et l'Allemagne. La mise en commun des productions de charbon et d'acier assurera immédiatement l'établissement de bases communes de développement économique, première étape de la Fédération européenne, et changera le destin de ces régions longtemps vouées à la fabrication des armes de guerre dont elles ont été les plus constantes victimes”.

² “Le gouvernement français propose de placer l'ensemble de la production franco-allemande de charbon et d'acier sous une Haute Autorité commune, dans une organisation ouverte à la participation des autres pays d'Europe”.

O Reino Unido havia manifestado, em dois momentos, interesse em entrar na comunidade: uma em 1963 e outra em 1967. No entanto, foram impedidas pelo presidente francês *Charles de Gaulle* por motivos políticos, alegando que os mesmos desestabilizariam a comunidade pela estreita relação com os EUA, a fragilidade da libra esterlina e a especificidade da agricultura. (THORSTENSEN, 1992).

Com uma estrutura complexa e um processo de negociação atribulado e longo, o Tratado da União Europeia surgiu em 7 de fevereiro de 1992, assinado em Maastricht, nos Países Baixos. Esse tratado, consumado pelos 12 países membros, se baseou em três pilares: Comunidade Europeia, política externa/segurança e justiça/assuntos internos. Desse modo, configurou-se o início da união política, econômica e monetária. A Europa passava por grandes transformações nesse período, como, por exemplo, o fim da guerra fria e a unificação da Alemanha. O novo tratado vinha ao encontro dos anseios dos países europeus, que buscavam manter a Europa forte no cenário político e econômico em reestruturação:

A nova configuração comunitária, que vai resultar na reforma de Maastricht, deixará de ser exclusivamente econômica para assumir outras expressões com a criação de políticas e o alargamento do espectro das intervenções numa multiplicidade de domínios orientados para os cidadãos (educação, formação profissional, cultura, saúde, proteção dos consumidores (...)) transformando a comunidade econômica em comunidade europeia. (SILVA, 2010, p. 211).

Cinco países solicitam adesão ao bloco entre julho de 1989 e novembro de 1992: Suécia, Áustria, Finlândia, Suíça e Noruega. No caso da Suíça, a solicitação não obteve sucesso porque um referendo interno negou a sua adesão ao Espaço Econômico Europeu (EEE), que, por consequência, vetava o pedido de solicitação ao bloco. Já a Noruega ficou impossibilitada de ingressar devido ao seu referendo interno, que vetou sua entrada. Sendo assim, dos cinco países citados, somente três conseguiram efetivamente ingressar no bloco a partir de 1º de janeiro de 1995 – Suécia, Áustria e Finlândia passaram a integrar e reforçar o bloco, que passou a ter 15 estados membros.

Conforme Silva (2010, p. 261), “o maior desafio que se colocava à União eram as candidaturas dos países da Europa central e oriental (PECO), que não deveriam ser rejeitadas por razões políticas, geoestratégicas e civilizacionais”. As negociações levaram em conta a integração comunitária destes estados, ocorrendo,

então, as assinaturas de cada país a acordos em várias frentes, sendo elas: comércio livre industrial, cooperação técnica e científica e apoio financeiro. Em 1º de maio de 2004 foi celebrada a entrada de dez países no bloco, sendo eles: Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Letônia, Lituânia, Hungria, Malta, Polônia e República Tcheca. Bulgária e Romênia passaram a integrar o bloco em 1º de janeiro de 2007.

A Croácia iniciou as negociações para entrar no bloco em outubro de 2005, sendo que já possuía o estatuto de país associado. Após negociações, sua entrada ocorreu em 1º de julho de 2013 – último país a entrar no bloco formado por 28 países (Quadro 1).

Quadro 1 – Formação da União Europeia

Ano	Países Ingressantes
1951/1957	França, Alemanha, Países Baixos, Bélgica, Itália e Luxemburgo.
1973	Reino Unido, Irlanda e Dinamarca.
1981	Grécia.
1986	Portugal e Espanha.
1995	Áustria, Finlândia e Suécia.
2004	República Tcheca, Chipre, Eslováquia, Eslovênia, Estônia, Hungria, Letônia, Lituânia, Malta e Polônia.
2007	Bulgária e Romênia.
2013	Croácia.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A UE, portanto, é a união de 28 países independentes, que atribuem alguns de seus poderes de decisão às instituições supranacionais comuns a todos, assegurando, assim, que todas as decisões tomadas no bloco sejam efetuadas democraticamente e atendendo aos interesses dos estados membros. Os órgãos responsáveis pelas decisões dentro da UE se dividem em quatro, conforme Comissão Europeia (2019), sendo eles:

1. Parlamento Europeu: eleito diretamente pela população da UE;
2. Conselho Europeu: representado pelos chefes de Estado e de governo dos países membros;
3. Conselho: representa os governos dos estados membros;
4. Comissão Europeia: órgão executivo de defesa dos interesses gerais.

A UE se baseia nos tratados que foram firmados entre os países durante os anos. Cada vez que havia a necessidade de mudar as regras, se criava um tratado,

acrescentando novas diretrizes. A cada encontro, novas regras eram adicionadas, deixando o acordo mais robusto e atendendo as novas necessidades, como, por exemplo, a entrada de novos países ao bloco. No Quadro 2, observam-se os tratados e suas principais diretrizes.

Quadro 2 – Tratados da União Europeia

Tratado	Descrição	Princípios Fundamentais
Tratado de Paris	Instituiu a CECA; assinado em 18 de abril de 1951; e entrou em vigor em 25 de julho de 1952.	Liberdade de circulação dos produtos e livre acesso às fontes de produção; vigilância permanente do mercado, para evitar distorções suscetíveis de tornar necessária a instauração de quotas de produção; observância das regras em matéria de concorrência e de transparência dos preços; apoio à modernização e reconversão dos setores do carvão e do aço.
Tratado de Roma	Instituiu a CEE e a CEEA; assinados em 25 de março de 1957; e entraram em vigor em 1 de janeiro de 1958.	Eliminação dos direitos aduaneiros entre os Estados-Membros; instituição de uma pauta aduaneira externa comum; instauração de uma política comum no domínio da agricultura e dos transportes; criação de um Fundo Social Europeu; instituição de um Banco Europeu de Investimento; desenvolvimento de relações mais estreitas entre os Estados-Membros.
Ato Único Europeu	Ratificado pelos parlamentos dos Estados-Membros durante o ano de 1986; entrou em vigor em 1 de julho de 1987; e constituiu a primeira modificação substancial do Tratado de Roma.	Alargamento dos poderes da União através da criação de um grande mercado interno e através do estabelecimento de novos poderes nos seguintes domínios: política monetária, política social, coesão econômica e social, investigação e o desenvolvimento tecnológico, proteção do ambiente e cooperação no domínio da política externa; melhoria da capacidade de decisão do Conselho de Ministros; reforço do papel do Parlamento Europeu.
Tratado de Maastricht	Alterou os tratados europeus anteriores; criou a UE assente em três pilares: as Comunidades Europeias (1º pilar), a política externa e de segurança comum (2º pilar) e a cooperação nos domínios da justiça e dos assuntos internos (3º pilar); assinado em 7 de fevereiro de 1992; e entrou em vigor em 1 de novembro de 1993.	1º pilar: Garantir o bom funcionamento do mercado único, um desenvolvimento harmonioso, equilibrado e sustentável das atividades econômicas, um elevado nível de emprego e de proteção social e a igualdade entre mulheres e homens. 2º pilar: Salvaguarda dos valores comuns, dos interesses fundamentais, da independência e da integridade da União, de acordo com os princípios da Carta das Nações Unidas; o reforço da segurança da União sob todas as formas; o fomento da cooperação internacional; o desenvolvimento e o reforço da democracia e do Estado de direito, bem como o respeito dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais. 3º pilar: Desenvolver uma ação comum nestes domínios através de métodos intergovernamentais, a fim de proporcionar aos cidadãos um elevado nível de proteção num espaço de liberdade, segurança e justiça.
Tratado de Amsterdam	Modificou o Tratado da União Europeia; assinado em 2 de outubro de 1997; e entrou em vigor em 1 de maio de 1999.	Aumento das competências da União; reforço do papel do Parlamento Europeu; cooperação reforçada entre os estados; simplificação dos tratados eliminando regras obsoletas; reformas institucionais na perspectiva do alargamento do bloco.
Tratado de Nice	Preparou, parcialmente, a UE para os importantes	A ponderação de votos no Conselho; Comissão Europeia: composição e organização interna;

	alargamentos de 2004 e de 2007, a Leste e a Sul; assinado em 26 de fevereiro de 2001; e entrou em vigor em 1 de fevereiro de 2003.	Parlamento Europeu: composição e poderes; reforma do sistema judicial; papel do Parlamento Europeu na condução da UE.
Tratado de Lisboa	Alterou o Tratado da União Europeia; e entrou em vigor em 1 de dezembro de 2009.	Objetivos e princípios jurídicos: O Tratado prevê, um procedimento formal a seguir pelos Estados-Membros que desejem sair da União Europeia – Artigo 50º do TUE; reforço da democracia e da proteção dos direitos fundamentais; uma nova arquitetura institucional no Parlamento Europeu, no Conselho Europeu, no Vice-Presidente da Comissão/Alto Representante da União para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança (VP/AR), no Conselho, na comissão e no Tribunal de Justiça da UE; uma atividade política mais eficiente e democrática com novas políticas e novas competências

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Sokolska (2019).

Atualmente, há um fato inédito, que é o pedido de saída do Reino Unido da UE. No próximo capítulo, são analisados os motivos que o levaram a tomar essa decisão, bem como aspectos econômicos envolvidos neste processo.

2.2 REINO UNIDO NO CONTEXTO DE FORMAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA

Entre 1815 a 1914, o Reino Unido era uma potência mundial isolada. Seu maior adversário histórico, na época, a França, estava enfraquecido após sucessivas perdas nas guerras napoleônicas. Após duas guerras mundiais, uma iniciada em 1914 e a outra em 1939, o Reino Unido viu sua hegemonia perder espaço para outros países devido aos altos custos das guerras, mesmo saindo vitorioso desses conflitos. Mesmo assim, sua notoriedade ainda era muito alta devido ao seu legado. (MCNABB, 2018).

Após a Segunda Guerra Mundial, a Europa se encontrava aniquilada e precisava de um plano para sua recuperação. O Reino Unido, inicialmente, liderou uma integração dos países para a unificação e a reconstrução do continente. Conforme Carolan (2008, p.52, tradução nossa),

[...] pode-se supor que a Grã-Bretanha tenha participado ativamente do "nascimento" da União Europeia. Embora a Grã-Bretanha sempre tenha se mantido distante da Europa continental, nos anos do pós-guerra, o prestígio

britânico era muito alto. Quando outras nações europeias caíram, ela ficou sozinha contra o fascismo e a Alemanha nazista.³

O primeiro pronunciamento relevante nesse sentido foi do primeiro ministro do Reino Unido, *Winston Churchill*, que proclamou o seguinte discurso, em 1946, em Zurique, na Suíça:

Se a Europa se unisse para compartilhar sua herança comum não haveria limite para a felicidade, a prosperidade e a glória que trezentos ou quatrocentos milhões de habitantes desfrutariam. É da Europa que surgem as discussões nacionalistas assustadoras, originadas de nações teutônicas, que temos visto no século XX e em nossas vidas, destruindo a paz e as perspectivas de toda a humanidade. Nós devemos construir algo como os Estados Unidos da Europa. (CHURCHILL, 1946, tradução nossa).⁴

No entanto, até o pronunciamento do Plano Schuman, em 1950, o Reino Unido foi perdendo força e ficando em segundo plano nas negociações para a integração europeia. Muitos motivos levaram a essa perda de liderança e, segundo Carolan (2008), o Reino Unido foi prejudicado pelo alto custo em administrar as zonas alemãs conquistadas no pós-guerra, tendo como prioridade a batalha contra a inflação de sua moeda e o fortalecimento da libra esterlina. Por outro lado, as aspirações francesas estavam focalizadas em revitalizar a sua indústria e apoiar o setor agrícola. Sendo assim, a França passou a liderar a unificação europeia, isolando o Reino Unido, que ficou afastado das negociações e, ainda, foi apontado por dificultar a criação da CECA.

Outra questão importante a se colocar é que o Reino Unido, desde o princípio, desejou uma Europa unificada no modo tradicional, não aceitando fazer parte de uma comunidade que envolvia a submissão a órgãos governamentais. (MAGNOLI, 1994). Já a França desejava uma unificação supranacional no formato da CECA.

Nesse contexto, o Reino Unido ficou fora da criação da CECA, em 1951, e da CEE, em 1957, se isolando dos demais países da Comunidade. Como resposta à

³ "It might be assumed that Britain participated actively in the "birth" of the European Union. Although Britain has always stood aloof from continental Europe, in the immediate post-war years, British prestige was very high. As other European nations fell, it had stood alone against Fascism and Nazi Germany".

⁴ If Europe were once united in the sharing of its common inheritance, there would be no limit to the happiness, to the prosperity and glory which its three or four hundred million people would enjoy. Yet it is from Europe that have sprung that series of frightful nationalistic quarrels, originated by the Teutonic nations, which we have seen even in this twentieth century and in our own lifetime, wreck the peace and mar the prospects of all mankind. We must build a kind of United States of Europe.

união dos seis, o Reino Unido criou uma organização que envolveu outros países europeus. Em 1959, foi criada a *European Free Trade Association* (EFTA) ou Associação Europeia de Livre Comércio (AELC), reunindo Áustria, Reino Unido, Suíça, Dinamarca, Noruega, Suécia e Portugal. A Finlândia aderiu dois anos depois da criação do grupo e a Islândia três anos depois. Para Magnoli (1994), essa organização não possuía as mesmas ambições da CEE e consistia em ser somente uma zona de livre comércio, com acordos bilaterais e diminuição de tarifas aduaneiras. Deste modo, o Reino Unido criava condições para manter intacta sua soberania sem precisar tomar decisões em comunidade. Essa união não prosperou e o grupo foi se dissolvendo ao longo dos anos, após alguns países ingressarem na CEE.

Em 1961, o Reino Unido sinalizou interesse em entrar na CEE, sendo logo vetado pelo presidente francês *Charles de Gaulle*, em 1963, alegando que o Reino Unido estava muito ligado aos EUA, como descrito anteriormente. De acordo com Silva (2010), o presidente francês declarava que se o Reino Unido entrasse na Comunidade resultaria em um grupo atlântico gigante, sendo que a Europa ficaria dependente dos EUA e que logo se dissolveria a CEE.

Em 1967, o Reino Unido sinalizou novo interesse em entrar na CEE, sendo que mais uma vez o presidente francês vetou sua entrada. O presidente alegou que sua entrada poderia gerar perturbações destrutivas sobre o grupo e que existiam incompatibilidades da economia britânica com a CEE. Vale ressaltar que nas duas candidaturas do Reino Unido existia apoio dos países membros da CEE, porém não foi adiante porque *Charles de Gaulle* vetou nas duas vezes sem consultá-los, alegando que o grupo funcionava por unanimidade e sem o voto da França as negociações não poderiam continuar.

Depois da saída do presidente francês, em 1969, as negociações com o Reino Unido progrediram. Após complexos acordos iniciados em 1970, tendo à frente o primeiro ministro conservador *Edward Heath* em concordância com o presidente francês *Georges Pompidou*, a integração do Reino Unido à CEE finalmente ocorreu em 1973. (SODER, 1995).

Uma das pautas mais complexas do acordo realizado entre o Reino Unido e a CEE foi em relação à contribuição do orçamento comunitário. Segundo Silva (2010), não sendo um país agrícola e historicamente um importador, a preços baixos, de produtos agrícolas dos países da Comunidade das Nações, o Reino Unido seria

prejudicado com o aumento dos preços dos produtos agrícolas finais devido ao aumento de taxas, de impostos e de subsídios relacionados à Política Agrícola Comum (PAC), que prioriza e protege os produtores da comunidade em detrimento dos países de fora do bloco. Logo, o Reino Unido não seria beneficiado pela PAC e o orçamento comunitário que possuía altos encargos entregues à CEE não retornaria para o país em forma de subsídios a seus agricultores, ou seja, não haveria um retorno justo.

Foi acordado entre as partes que o Reino Unido passaria a contribuir progressivamente com o orçamento por um período de sete anos e as compras dos produtos agrícolas dos países da Comunidade das Nações teriam que passar por aprovação do bloco europeu. Outra questão exigida pela França foi a de colocar a libra esterlina como moeda de reserva caso ocorresse uma instabilidade monetária internacional, mas o Reino Unido convenceu a França de que este não seria um problema, não sendo necessário colocar em questão essa exigência. As negociações foram concluídas, havendo concessões de ambas as partes no complexo acordo. É importante ressaltar que o Reino Unido fez uma objeção sobre a contribuição orçamentária britânica, alegando que se houvesse uma situação inaceitável à sobrevivência da comunidade, se exigiria soluções equitativas.

Já em 1974, o recém-eleito primeiro ministro trabalhista *Harold Wilson* contestou a contribuição do Reino Unido no orçamento comunitário, exigindo renegociação do tratado efetuado pelo seu antecessor. Entre as exigências estava reequilibrar a diferença entre o que o Reino Unido entregava para o orçamento e o que retornava para o país. Foi acordado, para solucionar num primeiro momento os desequilíbrios orçamentários, um fundo de apoio regional e um mecanismo corretor para ajudar os países com dificuldades financeiras.

Essa parceria entre os países para resolver os problemas conjuntos criou uma imagem positiva para a CEE, que pode ter influenciado no referendo de 1975. Para cumprir a promessa de campanha, o partido trabalhista convocou os cidadãos a comparecerem às urnas para votar pela permanência ou não do país na CEE.

O referendo cumpre um compromisso feito ao eleitorado britânico na eleição geral de fevereiro de 1974. O manifesto do Partido Trabalhista na eleição deixou claro que o Partido Trabalhista rejeitou os termos sob os quais a entrada da Grã-Bretanha no Mercado Comum foi negociada, e prometeu que, se retornassem ao poder, eles partiriam para obter melhores condições. Foi prometido ao povo britânico o direito de decidir através da urna se deveríamos ou não permanecer no Mercado Comum em novos

termos. E que o governo iria respeitar o resultado. É por isso que o referendo deve ser realizado. (YOUR..., 1975, p. 3-4, tradução nossa).⁵

De acordo com o relatório de *House of Lords* (2010), a pergunta feita aos cidadãos foi a seguinte: “Você acha que o Reino Unido deve permanecer na Comunidade Europeia (o Mercado Comum)?” (tradução nossa)⁶. O resultado foi de 67,2% a favor da permanência do Reino Unido na CEE. Com este resultado, o país permaneceu no bloco e não questionou mais sua saída da comunidade. Contudo, a contribuição orçamentária foi um aspecto constantemente questionado.

Em 1978, o primeiro ministro *James Callaghan* protestou sobre o montante entregue ao bloco e, em 1979, a primeira ministra conservadora, recém-eleita, *Margaret Thatcher*, questionou novamente, exigindo renegociação. A celebre frase proferida por ela – “Eu quero meu dinheiro de volta” (tradução nossa)⁷ – exigia que um estado membro contribuísse com o orçamento proporcionalmente ao seu Produto Nacional Bruto (PNB) e que recebesse de volta proporcionalmente ao que contribuiu. De acordo com Silva (2010), a solução encontrada num primeiro momento, em maio de 1980, foi de reduzir em dois terços a contribuição líquida britânica relativa aos anos de 1980 e 1981. No entanto, a primeira ministra, não contente, contestou a solução e ampliou sua demanda. Foi decidido que o Reino Unido teria uma compensação anual igual a 66% da diferença entre o valor das contribuições do Imposto do Valor Acrescentado (IVA) e de suas receitas geradas do orçamento comunitário e essa diferença seria sustentada pelos países membros. Essa decisão tomada pela CEE a favor do Reino Unido foi chamada de “cheque britânico” e gerava controvérsias toda vez que o bloco se reunia para decidir os orçamentos plurianuais dos membros participantes.

Às vésperas da entrada do Reino Unido na CEE, a Europa e o mundo encontravam-se num momento crítico em relação aos seus sistemas monetários. No ano de 1971, iniciaram-se ataques especulativos ao dólar americano, sendo tão

⁵ “The coming Referendum fulfils a pledge made to the British electorate in the general election of February 1974. The Labour Party manifesto in the election made it clear that Labour rejected the terms under which Britain's entry in to the Common Market had been negotiated, and promised that, if returned to power, they would set out to get better terms. The British people were promised the right to decide through the ballot box whether or not we should stay in the Common Market on new terms. And that the Government would abide by the result. That is why the Referendum is to be held”.

⁶ “Do you think that the United Kingdom should stay in the European Community (the Common Market)?”.

⁷ “I want my money back”.

fortes que o presidente dos EUA, *Richard Nixon*, decretou o cancelamento do acordo de *Bretton Woods* – que convertia o dólar em ouro. Neste caos monetário, os seis países da CEE ficaram divididos em relação à qual política monetária adotar para controlar a instabilidade do câmbio de seus países.

Conforme Verbeken e Rakić (2019), a CEE criou, em 1972, um sistema para estabilizar as moedas europeias em relação ao dólar e evitar grandes flutuações. Foi criada, então, a “serpente dentro do túnel”, que é um mecanismo de flutuação controlada das moedas (serpente) dentro de margens de flutuação em relação ao dólar (túnel). Os futuros países que estavam em vias de acordo para ingresso na CEE, onde se incluía o Reino Unido, entraram na serpente, mas por um tempo limitado. Devido aos ataques especulativos à libra e à dificuldade em manter a moeda dentro das faixas estreitas da “serpente dentro do túnel”, +/- 2,25% em relação ao dólar, o Reino Unido obrigou-se a abandonar o acordo, um mês após ter entrado, deixando sua moeda flutuar conforme o mercado. Após dois anos da criação da “serpente”, a maioria dos países abandonou o acordo devido à crise do petróleo, em 1973, e à instabilidade do dólar no mercado mundial.

No ano de 1978, em Copenhague, na Dinamarca, o Conselho Europeu definiu a criação do Sistema Monetário Europeu (SME), que se assentava em três pilares:

1. A criação de uma unidade de conta, que resultou na Unidade Monetária Europeia, chamada de ECU (*European Currency Unit*). De acordo com Soder (1995 p. 154), “[...] tratava-se de uma cesta monetária, que se compunha de contribuições de moedas nacionais, determinadas pela respectiva participação no Produto Interno comum e no comércio da Comunidade”;
2. A criação de um mecanismo de taxa de câmbio que definia aos participantes respeitarem uma margem de flutuação em relação a uma unidade de conta;
3. A criação de um mecanismo de crédito, chamado de Fundo Europeu de Cooperação Monetária (FECOM), disponível aos países participantes em caso de necessidade.

O SME entrou em vigor em 1979, sendo que todas as moedas dos países participantes da CEE contribuíram na composição do ECU, menos a libra inglesa. O

Reino Unido permaneceu fora do sistema monetário europeu até 1990, quando mais uma vez o país tentou participar do sistema monetário junto com a Comunidade. Novamente, o Reino Unido foi obrigado a abandonar o SME, retirando-se no ano de 1992 devido às dificuldades em manter a libra dentro do mecanismo de taxa de câmbio. Esse fato ficou conhecido como *black wednesday*, que foi o dia em que a libra esterlina sofreu forte ataque especulativo, obrigando o país a sair do SME.

No Tratado de Maastricht, os países assinaram um acordo que tinha como motivação a evolução da CEE. Nesse Tratado, que entrou em vigor no ano de 1992, o bloco passaria a se chamar de UE. Havia o compromisso da implantação de uma moeda única, que seria realizada em três fases até culminar no euro, implantado em 1999. Conforme McNabb (2018), o euro passaria a circular como moeda comum em 12 países da UE (Alemanha, Áustria, Bélgica, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Irlanda, Itália, Luxemburgo e Portugal). Por meio de uma cláusula de não participação, o Reino Unido ficou de fora da zona do euro, mantendo a libra como sua moeda oficial. Essa decisão foi tomada para que o país mantivesse maior autonomia sobre as decisões do seu próprio sistema monetário.

2.3 REINO UNIDO NO COMÉRCIO INTERNACIONAL

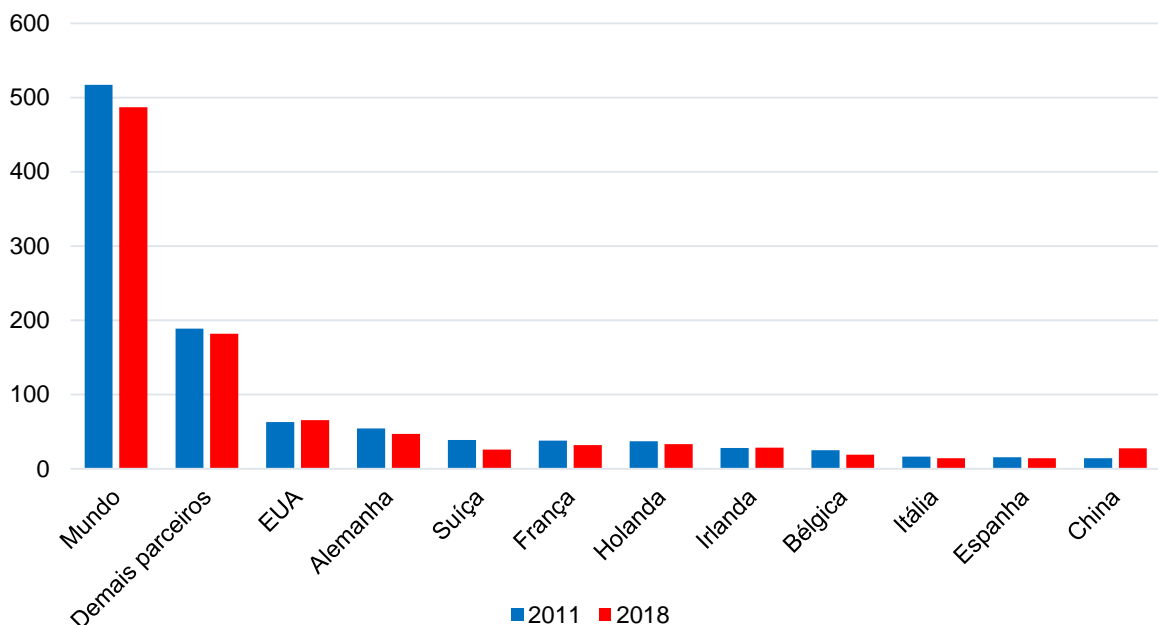
A UE é um importante conglomerado comercial para o mundo e para os países pertencentes ao bloco, possuindo mais de 513 milhões de habitantes (2018), um Produto Interno Bruto (PIB) nominal de US\$ 18,7 trilhões (2018) e uma Renda Nacional Bruta (RNB) *per capita* de US\$ 35,3 mil (2018). (WORLD BANK, 2019). No ano de 2018, a UE foi responsável por 15,2% de todas as importações mundiais e por 15,5% de todas as exportações mundiais, se equiparando com EUA e China, que são, atualmente, os seus maiores parceiros comerciais fora do bloco. (TRADE..., 2019). O total das importações e das exportações da UE (UE28), neste mesmo ano, contabilizou os valores de US\$ 2,3 trilhões para ambos. (UN COMTRADE, 2019).

O Reino Unido, por sua vez, possui uma população de 66 milhões de habitantes (2018), um PIB nominal de US\$ 2,8 trilhões (2018) e uma RNB *per capita* de US\$ 41,3 mil (2018). (WORLD BANK, 2019). Para o Reino Unido, a UE representa seu principal parceiro comercial. Em 2018, exportou para os países membros do bloco um total de US\$ 194 bilhões, representando 40% de tudo que o país exportou para o mundo. Nas importações, o Reino Unido comercializou com os

países do bloco um total de US\$ 354 bilhões, representando 53% de tudo que o país importou do mundo. (UN COMTRADE, 2019).

No Gráfico 1 observam-se os principais parceiros comerciais (exportações) do Reino Unido em 2011 e em 2018. Os EUA foram o principal comprador das exportações do país no ano de 2011. As exportações do Reino Unido para os EUA somaram US\$ 62,9 bilhões, correspondendo a 12,1% de suas vendas para o mundo. Na sequência, identificou-se que os principais parceiros comerciais do Reino Unido estão localizados no continente europeu e, com exceção da Suíça, todos pertencem à UE, mostrando a importância comercial do bloco para o país. A soma das exportações para Alemanha, França, Holanda, Irlanda, Bélgica, Itália e Espanha ficou em torno de US\$ 213 bilhões, correspondendo a 41,1% das exportações mundiais do Reino Unido. Em décimo lugar ficou a China, que foi responsável por 2,7% das exportações oriundas do Reino Unido.

Gráfico 1 – Exportações do Reino Unido, por país, em 2011 e em 2018 (US\$ bilhões)



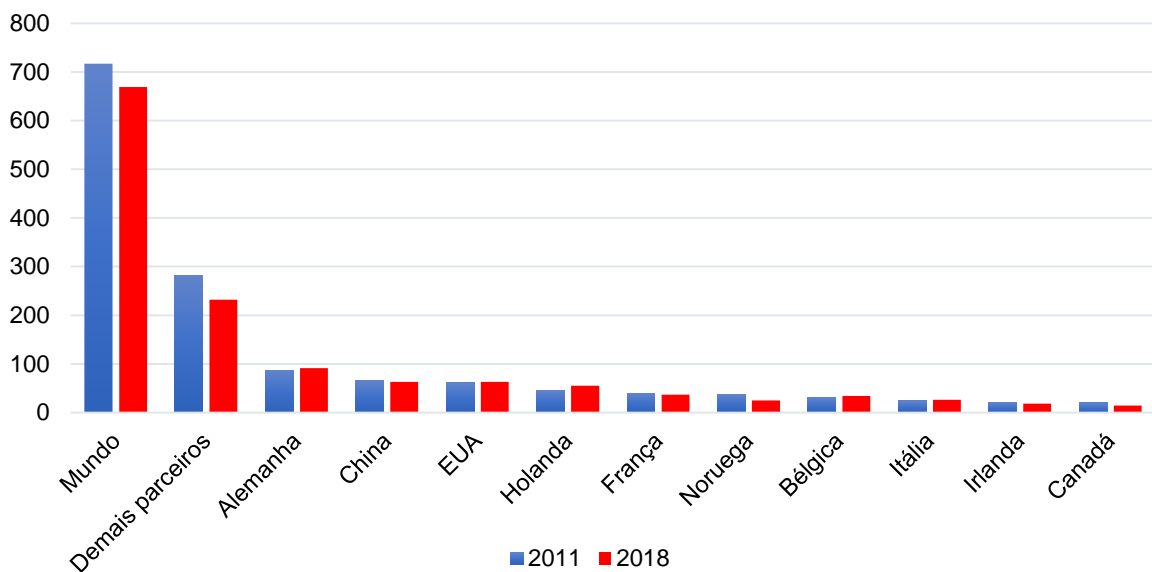
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de UN Comtrade (2019).

Em 2018, os estadunidenses continuaram sendo o principal parceiro comercial do Reino Unido, correspondendo a 13,4% de todas as exportações para o mundo. Os países pertencentes à UE continuaram com participação relevante nas exportações, sendo que Alemanha, Holanda, França, Irlanda, Bélgica, Itália e

Espanha representaram 38,3% de todas as vendas do Reino Unido para o mundo. Vale ressaltar a importância da China nas exportações, que passaram de US\$ 14,1 bilhões, em 2011, para US\$ 27,7 bilhões, em 2018, passando da décima para a sexta posição no *ranking* das vendas externas do Reino Unido.

O Gráfico 2 revela que o principal parceiro nas importações do Reino Unido em 2011 foi a Alemanha, correspondendo a US\$ 87 bilhões (12,2% das importações mundiais). Na sequência, aparecem China e EUA, correspondendo, respectivamente, a US\$ 66 bilhões e a US\$ 61 bilhões. A soma de ambos representou 17,8% de todas as importações mundiais do Reino Unido. Holanda, França, Noruega, Bélgica, Itália e Irlanda, somados, corresponderam a 27,9% de todas as importações mundiais do Reino Unido. Com exceção da Noruega, todos esses países pertencem à UE. Por último apareceu o Canadá, representando 2,8% das importações mundiais do país.

Gráfico 2 – Importações do Reino Unido, por país, em 2011 e em 2018 (US\$ bilhões)



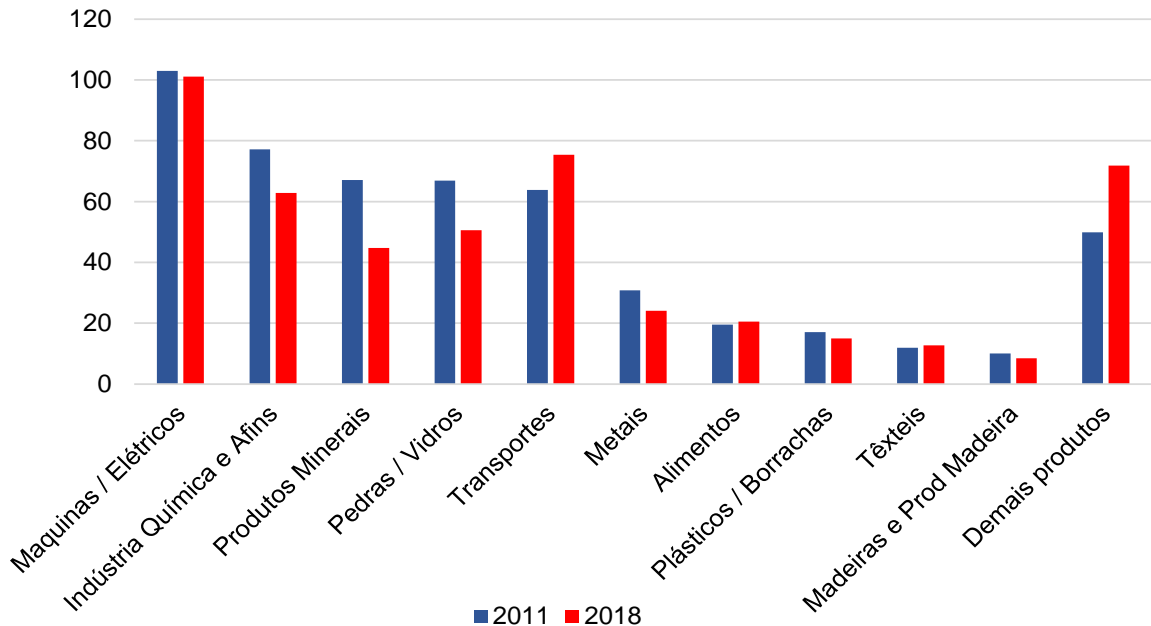
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de UN Comtrade (2019).

Em 2018, a Alemanha seguiu como principal parceiro do Reino Unido. No mesmo ano, o país importou dos alemães em torno de 13,6% das importações mundiais. China e EUA seguiram, respectivamente, em segundo e em terceiro lugar. O Canadá, que ficou na décima posição dos países que o Reino Unido mais

importou em 2011 (US\$ 20,1 bilhões), caiu para a décima terceira posição em 2018 (US\$ 13,6 bilhões).

Conforme mostra o Gráfico 3, os produtos mais exportados pelo Reino Unido para o mundo, em 2011, foram máquinas e equipamentos elétricos, correspondendo a US\$ 103 bilhões (19,9% das exportações). Em segundo lugar ficou a indústria química e afins, correspondendo a US\$ 77,1 bilhões (14,9% das exportações). O Reino Unido possui uma pauta exportadora mais voltada para produtos industrializados e, conforme McNabb (2018), essa característica acontece devido aos países do norte da Europa possuírem economias e indústrias mais avançadas do que os países do sul da Europa, agregando valor ao produto final e gerando vantagens no comércio internacional. Na sequência, observam-se os produtos minerais (12,9%), pedras e vidros (12,9%), transportes (12,3%) e, por fim, madeiras e produtos de madeira (1,9%).

Gráfico 3 – Exportações do Reino Unido, por produto, em 2011 e em 2018 (US\$ bilhões)



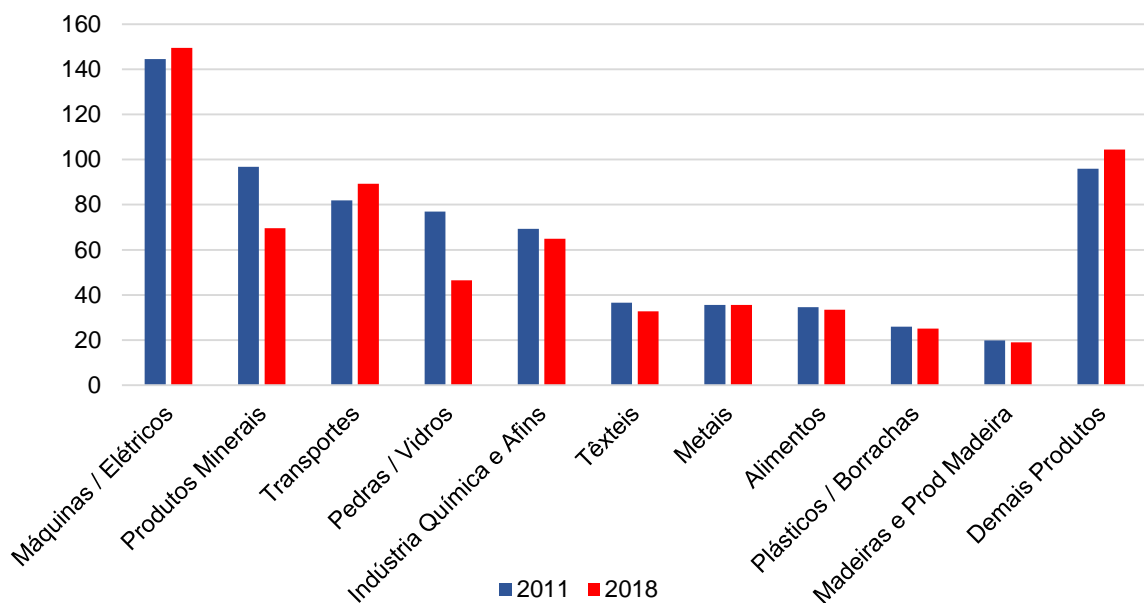
Fonte: Elaborado pelo autor a partir de UN Comtrade (2019).

Em 2018, os produtos mais exportados pelo Reino Unido continuaram sendo máquinas e equipamentos elétricos, com US\$ 101,1 bilhões, correspondendo a 20,7% de todas as exportações mundiais do país. O setor de transportes, que ocupava o quinto lugar dos produtos mais exportados pelo Reino Unido, em 2011,

no final do período apareceu em segundo lugar, totalizando US\$ 75 bilhões (15,4%) comercializados com o mundo. A indústria química e afins cai uma posição de 2011 para 2018, ficando em terceiro lugar (12,8%). Como observado em 2011, a pauta exportadora do país seguiu sendo de produtos industrializados em detrimento dos produtos primários.

Por fim, no Gráfico 4, são observados os principais produtos importados pelo Reino Unido em 2011 e em 2018. No início do período, máquinas e equipamentos elétricos corresponderam a US\$ 144,5 bilhões (21,1% das importações). Em seguida, foram identificados produtos minerais, correspondendo a US\$ 96,7 bilhões (13,4% das importações), transportes (11,4%), pedras e vidros (10,7%) e indústria química e afins (9,6%). Por fim, em décimo lugar, foram importados madeira e produtos de madeira (2,7%). Em 2018, novamente, os produtos mais importados pelo Reino Unido foram máquinas e equipamentos elétricos, correspondendo a US\$ 149,9 bilhões (22,3%). O setor relacionado à transporte ganhou uma posição em relação a 2011, correspondendo a US\$ 89,2 bilhões (13,3%).

Gráfico 4 – Importações do Reino Unido, por produto, em 2011 e em 2018 (US\$ bilhões)



Fonte: Elaborado pelo autor a partir de UN Comtrade (2019).

O expressivo comércio realizado entre os países da UE e os países de fora do bloco corroboram a ideia de liberalização econômica, sendo que todos os países tenderiam a ganhar. Segundo Baldwin e Wyplosz (2009), após a Segunda Guerra

Mundial, o oeste europeu iniciou uma política de liberalização econômica, reduzindo o protecionismo e aumentando as trocas comerciais, que propiciaram o crescimento econômico entre os países do bloco.

Atualmente, no entanto, observa-se um movimento contrário, que mostra um aumento do protecionismo das principais economias mundiais, como é o caso do Brexit, objeto deste estudo, e da guerra comercial entre EUA e China.

3 BREXIT: ANTECEDENTES E REFERENDO

Neste capítulo, inicialmente, são abordados os antecedentes do processo do Brexit e, num segundo momento, apresenta-se o referendo sobre a permanência do Reino Unido na UE.

3.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS

Desde a entrada do Reino Unido na CEE, em 1973, os cidadãos questionam o real benefício deste processo. Após dois anos, foi realizado um referendo sobre a permanência do país na comunidade. Desde então, sucessivos governos questionaram as cláusulas do acordo firmado, havendo alguns mais alinhados ao projeto europeu e outros mais resistentes. Para se entender como o Reino Unido chegou ao referendo realizado em 23 de junho de 2016, é necessário revisar alguns processos políticos anteriores a ele.

Em 1997, após vários anos de governo do partido conservador, foi eleito para primeiro ministro o líder do partido trabalhista *Tony Blair*. O partido trabalhista, conforme seu manifesto de campanha, prometia uma política nova e distinta que se diferenciava das soluções da esquerda antiga e da atual direita conservadora. Conforme discurso, Blair (1997) afirmou que a antiga esquerda procurava por controle estatal e a atual direita seguia omissa aos problemas, deixando tudo por conta do mercado, entretanto, o novo trabalhismo negava ambas e prometia aliar indústria e governo para atingir um maior dinamismo do mercado, beneficiando a sociedade.

Segundo Goes (2008, p. 107), “Quando chegou a Downing Street, em maio de 1997, Blair estava determinado em melhorar a relação do Reino Unido com a Europa”. Logo que chegou ao governo, o primeiro ministro prometeu terminar com a política obstrutiva do governo conservador de *John Major*, sucedido por ele, e agir em prol de uma política mais construtiva na Europa. Conforme Goes (2008), *Tony Blair* ratificou o Tratado de Amsterdam e o capítulo social do Tratado de Maastricht, porém com algumas exigências, pois o primeiro ministro exigiu reformas sociais e econômicas, assim como a revisão do orçamento da PAC. A nova postura do Reino Unido em relação a UE, embora exigente, foi recebida com otimismo pelos países integrantes do bloco.

Embora a relação do governo *Tony Blair* com a UE fosse mais conciliadora, havia um ponto em questão que inquietava os líderes europeus: a não adoção do euro pelo Reino Unido. Apesar de um entusiasta à adoção da moeda única, *Tony Blair* confiou ao seu chanceler *Gordon Brown* uma avaliação da entrada do Reino Unido na zona do euro. *Gordon Brown* providenciou um estudo que consistia em fazer cinco perguntas, atestando se o país estava preparado para entrar em uma zona de moeda única:

Os ciclos econômicos e as estruturas econômicas são compatíveis para que nós e outros possamos viver confortavelmente com taxas de juros do euro de maneira permanente? Se surgirem problemas, existe flexibilidade suficiente para lidar com eles? A adesão à União Econômica e Monetária criaria melhores condições para as empresas que tomam decisões de longo prazo para investir na Grã-Bretanha? Que impacto teria a entrada na UEM na posição competitiva da indústria de serviços financeiros do Reino Unido? Em resumo, a adesão à UEM irá promover maior crescimento, estabilidade e aumento dos empregos? (GOVERNMENT..., 2019, tradução nossa).⁸

De acordo com Government... (2019), as avaliações das perguntas questionadas podem ser observadas no Quadro 3.

Quadro 3 – Questionamentos: Reino Unido e a Zona do Euro

Perguntas	Avaliações
Os ciclos econômicos e as estruturas econômicas são compatíveis para que nós e outros possamos viver confortavelmente com taxas de juros do euro de maneira permanente?	Embora o Reino Unido esteja alinhado com a UE em relação à sua política econômica (inflação, taxa de juros de longo prazo, déficits e dívidas governamentais), ainda existem algumas diferenças estruturais, como o mercado imobiliário que afeta a economia como um todo. Sendo assim, o país não possui certeza de que seus ciclos econômicos são compatíveis com a União Econômica e Monetária (UEM) devido ao tempo e complexidade que esses fatores operam. Logo, nesse primeiro questionamento, o teste de convergência não é atingido, embora a agenda do governo seria de trabalhar esse quesito para no futuro tornar convergente a economia britânica com a área do euro.
Se surgirem problemas, existe flexibilidade suficiente para lidar com eles?	Por mais que os indicadores do mercado de trabalho, produto e capital apresentem significativa melhora a partir de 1997, apresentando, por exemplo, o Reino Unido como um dos mais baixos níveis de desemprego da EU, não se pode ter certeza quanto à flexibilidade do país em lidar com volatilidades inflacionárias na área do euro. Logo, essa questão não mostra convergência sólida e duradoura caso o Reino Unido aderisse à UEM, porém o governo estaria trabalhando para aumentar a flexibilidade para atingir as exigências da área do euro para no futuro alcançar uma convergência sólida e efetiva.

⁸ “Are business cycles and economic structures compatible so that we and others could live comfortably with euro interest rates on a permanent basis? If problems emerge is there sufficient flexibility to deal with them? Would joining EMU create better conditions for firms making long-term decisions to invest in Britain? What impact would entry into EMU have on the competitive position of the UK's financial services industry, particularly the City's wholesale markets? In summary, will joining EMU promote higher growth, stability and a lasting increase in jobs?”.

<p>A adesão à UEM criaria melhores condições para as empresas que tomam decisões de longo prazo para investir na Grã-Bretanha?</p>	<p>Por mais que a entrada do Reino Unido na UEM pudesse reduzir os custos de capital para as empresas, caso as taxas de juros na zona do euro diminuíssem a longo prazo, reduzindo, assim, o custos de financiamento, não se pode ter certeza que se alcançaria uma convergência sustentável e duradoura para se manter a quantidade e qualidade dos investimentos. Logo, somente se poderia ter certeza nessa questão se fosse atingida uma convergência do Reino Unido com a zona do euro, para garantir que esse teste seja atendido.</p>
<p>Que impacto teria a entrada na UEM na posição competitiva da indústria de serviços financeiros do Reino Unido?</p>	<p>A tradição da <i>City</i> (Centro Financeiro de Londres) na atividade de serviços financeiros no mercado global significa que o Reino Unido, estando ou não na zona do euro, continuaria a ter força no cenário internacional. A entrada do país na UEM reforçaria o posicionamento já competitivo desse setor, adicionando alguns benefícios nesse mercado ao Reino Unido. Por fim, por mais competitivo que o mercado financeiro seja, estando ou não na zona do euro, caso o Reino Unido decida entrar na UEM, reforçaria ainda mais esse setor, atendendo, assim, a esse quesito do teste.</p>
<p>Em resumo, a adesão à UEM irá promover maior crescimento, estabilidade e aumento dos empregos?</p>	<p>Por mais que a entrada do Reino Unido na UEM pudesse aumentar a produção e os empregos no país, não se pode ter certeza que haveria uma convergência a longo prazo. Sendo assim, seria mais difícil manter a estabilidade macroeconômica dentro da zona do euro, caso o Reino Unido decidisse aderir. A incerteza criada no intuito de se estabelecer a estabilidade de preços do Banco Central Europeu (BCE) e a utilização da política fiscal de estabilização do Pacto de Estabilidade e Crescimento aumentam as incertezas de estabilidade da produção e geração de empregos, caso o país esteja dentro da UEM. Para atender a esse quesito do teste de crescimento, estabilidade e emprego, a convergência sustentável deveria ser atingida para se ter certeza que o país se beneficiaria com a entrada na UEM.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de Government... (2019).

De acordo com esses questionamentos, o Tesouro do Reino Unido, liderado por *Gordon Brown*, concluiu que o país não estava preparado para ingressar na UEM, completando:

No geral, a avaliação do Tesouro é que, desde 1997, o Reino Unido tem feito progressos reais no sentido de cumprir os cinco testes econômicos. Mas, no balanço, embora os potenciais benefícios do aumento do investimento, do comércio, dos serviços financeiros, do crescimento e do emprego sejam claros, não podemos, neste momento, concluir que há convergência sustentável e duradoura ou flexibilidade suficiente para lidar com qualquer potencial dificuldade na área do euro. Assim, apesar dos riscos e custos de atrasar os benefícios da adesão foi decidido que ingressar na UEM agora não seria do interesse econômico nacional. (GOVERNMENT..., 2019, tradução nossa).⁹

⁹ “Overall the Treasury assessment is that since 1997 the UK has made real progress towards meeting the five economic tests. But, on balance, though the potential benefits of increased investment, trade, a boost to financial services, growth and jobs are clear, we cannot at this point in time conclude that there is sustainable and durable convergence or sufficient flexibility to cope with any potential difficulties within the euro area. So, despite the risks and costs from delaying the

Tony Blair deixou o governo após dez anos e, apesar de ter realizado uma política macroeconômica que levou o país a crescer 2,8% ao ano (DAVIS, 2007), o *premier* foi criticado pela entrada do país na guerra do Iraque. Seu esforço de colocar o Reino Unido como principal interlocutor europeu e global não obteve tanto sucesso e, segundo Goes (2008), ao final de seu governo os sentimentos eurocéticos continuaram a dominar o debate político no país: ainda existiam questionamentos sobre o posicionamento do Reino Unido na UE e se observava um crescimento de partidos de extrema direita, que tinham como principal objetivo a independência do país em relação ao bloco europeu.

Em junho de 2007, *Gordon Brown* foi eleito pelo parlamento como primeiro ministro britânico. Após o desgaste do governo *Tony Blair*, o partido trabalhista nomeou o chanceler das finanças, *Gordon Brown*, como primeiro ministro. No entanto, após anos de relativa prosperidade, o governo de *Gordon Brown* enfrentou uma das piores crises econômicas da história, que colocou ainda mais em debate a participação do país na UE. Conforme Goes (2008), a economia do Reino Unido entrou em recessão no segundo trimestre de 2008, influenciada pela crise do *suprime* nos EUA. A dívida pública se elevou, as taxas de juros subiram cinco vezes de 2006 a 2008, os níveis de endividamento privado aumentaram, o custo de vida cresceu, a população sentiu o aumento da carga fiscal, aumentou o desemprego e, por fim, a crise do sistema bancário estadunidense contagiou o sistema bancário do Reino Unido e da Europa, causando a necessidade do país auxiliar o banco *Northern Rock* para evitar que a instituição declarasse falência. Segundo Ferreira (2008), o governo injetou o equivalente a 35 milhões de euros para salvar o banco, vindo a estatizá-lo no ano de 2008.

Em 2010 foram realizadas as eleições gerais no Reino Unido, sendo que o vencedor no parlamento foi o partido conservador. O partido trabalhista, após 13 anos consecutivos de governo, deixou o poder, passando para a condução de *David Cameron*. (GENERAL..., 2011). *David Cameron* chegou ao poder em um país que estava enfrentando uma crise econômica que afligia o mundo inteiro devido à crise financeira estadunidense e que vivenciava o ceticismo da população em relação à UE. Desta forma, verificou-se um aumento expressivo de deputados eleitos ao Parlamento Europeu, em 2009, do partido separatista *United Kingdom*

benefits of joining, a clear and unambiguous case for UK membership of EMU has not at the present time been made and a decision to join now would not be in the national economic interest”.

Independence Party (UKIP)¹⁰. Conforme Resultados... (2019), esse partido recebeu 16,09% dos votos nas eleições, sendo o segundo mais votado do país, ficando atrás apenas do partido conservador. Já no ano de 2014, o UKIP se tornou o partido mais votado para o Parlamento Europeu, conquistando 26,77% dos votos, mostrando ainda mais a insatisfação dos eurocéticos em relação ao bloco europeu.

O primeiro ministro *David Cameron*, mesmo sendo a favor da integração do Reino Unido com a UE, sempre esteve atento às mudanças no pensamento do eleitorado. Outro ponto a destacar é que dentro do próprio partido conservador havia uma pressão eurocética muito forte, sendo que muitos membros do partido estavam insatisfeitos com os rumos do país dentro da UE. (OLIVER, 2018). Deste modo, para obter um maior apoio no parlamento para as futuras eleições gerais de 2015, o *premier* lançou como proposta de campanha, em janeiro de 2013, uma modificação do acordo do Reino Unido com a UE e um referendo para dar aos cidadãos o direito de votar na permanência ou não do Reino Unido no bloco.

Nas eleições gerais no Reino Unido, em maio de 2015, o partido conservador saiu vitorioso, com 36,8% dos votos, conquistando 330 assentos no parlamento. Com a vitória nas eleições, *David Cameron* seguiu com o compromisso firmado em sua campanha de levar à UE uma proposta de mudança.

Sendo assim, *David Cameron* formalizou sua proposta, que consistia em realizar uma reforma na UE para que todos os cidadãos europeus, inclusive os do Reino Unido, se beneficiassem e um referendo no país. De acordo com seu discurso na *Chatham House*, em novembro de 2015, o *premier* afirmou:

Há quase 3 anos fiz um discurso sobre a Europa. Argumentei que a União Europeia precisava se reformar para enfrentar os desafios do século XXI. Argumentei que o melhor futuro da Grã-Bretanha estaria dentro de uma União Europeia reformada, se as mudanças necessárias pudessem ser acordadas. E prometi ao povo britânico que, se eu fosse reeleito como primeiro-ministro, teríamos um referendo [...] essa promessa está sendo honrada agora. A renegociação está entrando agora em sua fase formal, após várias rodadas de discussões técnicas. Hoje, escrevo ao Presidente do Conselho Europeu, explicando como pretendo responder às preocupações do povo britânico. E porque acredito que as mudanças que a Grã-Bretanha está buscando beneficiarão não apenas a Grã-Bretanha, mas a UE como um todo. (CAMERON, 2015, tradução nossa).¹¹

¹⁰ “Partido da Independência do Reino Unido (PIRU)”.

¹¹ “Almost 3 years ago, I made a speech about Europe. I argued that the European Union needed to reform if it was to meet the challenges of the twenty-first century. I argued that Britain’s best future lay within a reformed European Union, if the necessary changes could be agreed. And I promised

De acordo com seu discurso, o *premier* esclareceu ao povo do Reino Unido o que estava buscando com a proposta de reforma na UE e iniciou seu processo de negociação, formalmente, mandando uma carta ao presidente do conselho da UE, *Donald Tusk*, destacando os principais pontos a serem reformados dentro do bloco. De acordo com a carta enviada por Cameron (2015), os pontos cruciais a serem reformados eram os seguintes:

1. O primeiro se referia à política econômica do mercado único europeu para os países da zona do euro e para os países fora da zona do euro. Essa questão sugeria que se criasse um conjunto de princípios vinculativos que garantissem justiça entre países do bloco que adotassem o euro e os países que não adotassem a moeda;
2. O segundo se referia a aumentar a competitividade em toda a Europa, alegando que seria necessário diminuir a regulamentação entre os negócios efetuados dentro do bloco. Ao diminuir a regulamentação, se criaria uma união do mercado de capitais, que ajudaria no financiamento de empresas e de empresários que pretendessem abrir negócios;
3. O terceiro se referia à soberania do Reino Unido, onde se ressaltou que os cidadãos precisavam ter mais autonomia em suas questões domésticas, isentando o país de ter uma “união cada vez mais estreita” com o bloco. Dessa forma, os parlamentos nacionais ganhariam mais autonomia para resolver suas questões internas;
4. O quarto, por fim, se referia à imigração. Solicitava-se o direito de controlar os fluxos migratórios da UE para o Reino Unido, concedendo, assim, um sistema justo no controle da imigração populacional ao país.

Donald Tusk recebeu o pedido de *David Cameron* e prontamente se colocou à disposição para solucionar as questões propostas pelo Reino Unido. Após se reunir com o conselho e o parlamento europeu, o presidente *Donald Tusk* respondeu aos anseios do *premier* em fevereiro de 2016. Todas as quatro propostas foram

the British people that, if I was re-elected as Prime Minister, we would have an in-out referendum [...] that promise is now being honoured. The re-negotiation is now entering its formal phase, following several rounds of technical discussions. Today I am writing to the President of the European Council setting out how I want to address the concerns of the British people and why I believe that the changes that Britain is seeking will benefit not just Britain, but the EU as a whole”.

atendidas de alguma forma, com maior grau de efetividade ou com mais simbolismo. De acordo com o documento de conclusão do conselho europeu, de fevereiro de 2016, os pontos mais importantes atendidos foram os seguintes:

1. A restrição aos pagamentos de assistência social aos cidadãos da UE que migrarem para o Reino Unido para conter o grande fluxo migratório (freio de emergência);
2. A aceitação de que os países do bloco pertencentes ou não da zona do euro poderiam controlar os seus fluxos financeiros, dando mais dinamismo ao mercado de capitais;
3. A aceitação de poder dos parlamentos nacionais em reavaliar as leis aprovadas pelo parlamento europeu, quando essas forem questionáveis;
4. A extinção da menção a “uma união cada vez mais estreita” no que se refere aos tratados indicativos ao Reino Unido.

Após o anúncio do acordo, ainda persistiram muitas dúvidas sobre a efetividade das mudanças. Conforme Oliver (2018), o acordo foi criticado pelos eurocéticos, mencionando que era fraco e não suficiente para acatar os desejos dos cidadãos do Reino Unido por mudanças. A imprensa foi ainda mais forte na rejeição do acordo e, por fim, se verificou, em uma pesquisa de opinião, que o mesmo não impulsionou os cidadãos a aderirem à campanha pela permanência do país na UE.

3.2 REFERENDO SOBRE A PERMANÊNCIA DO REINO UNIDO NA UE

A campanha oficial do referendo iniciou-se, oficialmente, em 15 de abril de 2016, embora os dois lados já estivessem trabalhando anteriormente. A comissão eleitoral britânica selecionou dois grupos oficiais para liderar a campanha no país: *Britain Stronger in Europe*¹² e *Vote Leave*¹³. Cabe ressaltar que *David Cameron* se posicionou a favor da permanência do Reino Unido no bloco e declarou que os políticos de seu partido estavam livres para aderirem a qualquer lado da campanha.

A campanha do grupo para permanecer na UE se baseou nos custos econômicos que o Brexit traria ao país caso decidissem abandonar o bloco.

¹² “Grã-Bretanha mais forte na Europa”.

¹³ “Vote sair”.

(OLIVER, 2018). Os principais aspectos ressaltados, caso o país decidisse sair da UE, foram a perda dos empregos, a diminuição dos negócios, o aumento dos preços dos produtos e a diminuição dos investimentos. (BRITAIN STRONGER IN EUROPE, 2016). A frase da campanha deste grupo foi: *Britain is stronger, safer and better off in Europe*.¹⁴

Já a campanha do grupo para sair da UE, formada pelos eurocéticos, se baseou fortemente na questão da imigração, alegando que o Reino Unido deveria retomar o controle de suas leis e fronteiras. (OLIVER, 2018). Outros aspectos destacados foram relacionados aos recursos financeiros enviados à UE, que não retornavam ao país, a liberdade de fechar negócios com outros países sem depender da aceitação da UE, o controle das próprias leis e, por último, o custo de pagar pelos problemas da zona do euro. (WHY..., 2019). Assim, o grupo definiu como frase de sua campanha: *Vote leave, take back control*.¹⁵

No dia 23 de junho de 2016, os cidadãos foram às urnas para votar na permanência ou não do Reino Unido na UE. Conforme Figura 1, os cidadãos deveriam responder o seguinte questionamento: *Should the United Kingdom remain a member of the European Union or leave the European Union?*¹⁶

Figura 1 – Cédula de Votação

Referendum on the United Kingdom's membership of the European Union	
Vote only once by putting a cross <input checked="" type="checkbox"/> in the box next to your choice	
Should the United Kingdom remain a member of the European Union or leave the European Union?	
Remain a member of the European Union	<input type="checkbox"/>
Leave the European Union	<input type="checkbox"/>

Fonte: The Electoral Commission (2016).

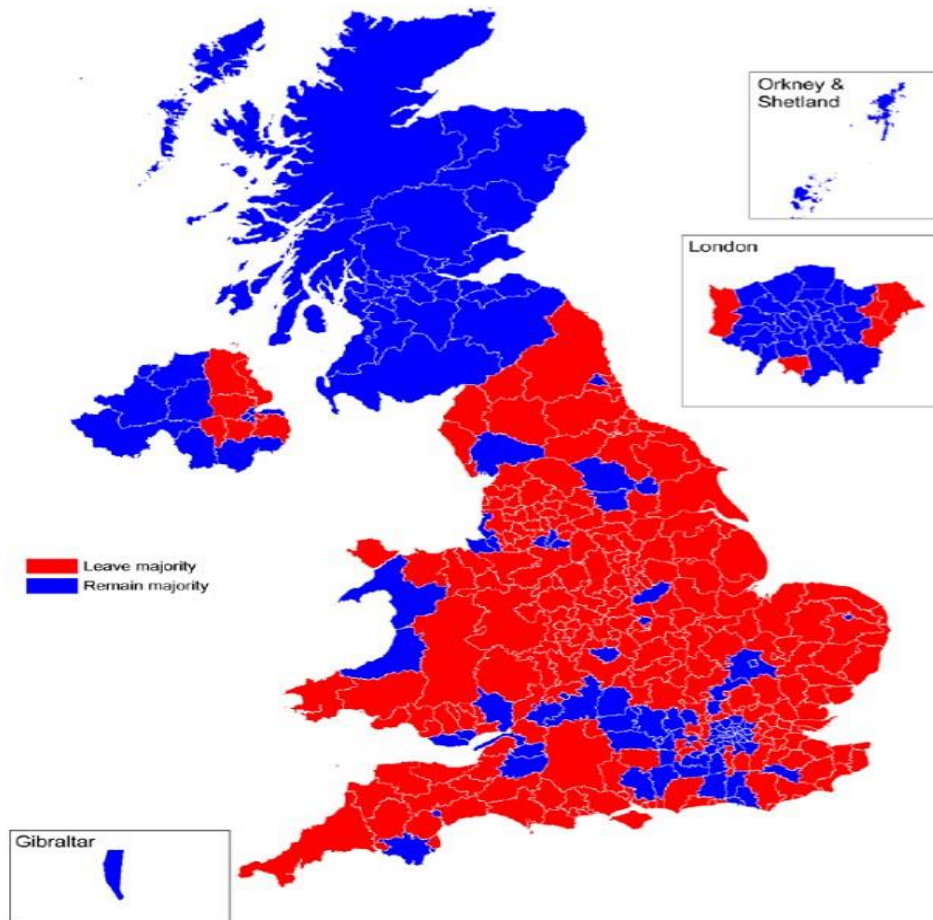
Na Figura 2 é possível observar os locais favoráveis à permanência do Reino Unido na UE (azul) e os locais adeptos ao Brexit (vermelho).

¹⁴ “Grã-Bretanha é mais forte, segura e melhor dentro da Europa”.

¹⁵ “Vote sair, tenha o controle de volta”.

¹⁶ “Deveria o Reino Unido permanecer como membro da União Europeia ou sair da União Europeia?”.

Figura 2 – Mapa de Votação



Fonte: ANALYSIS (2016).

Um total de 33.577.342 votos foram computados no referendo, representando uma participação de 72,2% de eleitores. O resultado do referendo, segundo The Electoral Commission (2016) foi: 17.410.742 (51,9%) votos favoráveis ao Brexit; 16.141.241 (48,1%) votos favoráveis à permanência na UE; e 25.359 votos rejeitados. Os votos de ambos os grupos não foram distribuídos de maneira uniforme de acordo com Analysis... (2016):

1. Os votos para sair da UE venceram na Inglaterra, com 53,4%, e no País de Gales, com 52,5%;
2. Os votos para permanecer na UE venceram na Escócia, com 62,0%, e na Irlanda do Norte, com 55,8%;
3. Em Londres, os votos de permanência representaram 59,9%.

O resultado do referendo, portanto, foi favorável ao Brexit. Logo após seu anúncio, em 24 de junho de 2016, o primeiro ministro *David Cameron* renunciou, alegando que era necessário encontrar um novo primeiro ministro para as negociações de saída da UE.

Uma negociação com a União Europeia terá que começar com um novo primeiro ministro e acho que é certo que este novo primeiro ministro tome a decisão sobre quando acionar o Artigo 50 e iniciar o processo formal e legal de deixar a UE. Vou participar do Conselho Europeu da próxima semana para explicar a decisão tomada pelo povo britânico e a minha própria decisão. (CAMERON, 2016, tradução nossa).¹⁷

No que se refere à reação do mercado financeiro após resultado do referendo, observou-se que as bolsas de valores, ao redor do mundo, fecharam em queda. A bolsa de valores da Itália registrou a maior queda da Europa, fechando ao final do dia com queda de 12,48%, seguida da bolsa espanhola, que encerrou em queda de 12,35%, da bolsa francesa, com queda de 8,04%, da bolsa alemã, com queda de 6,82%, e da bolsa britânica, com queda de 3,15%. A bolsa estadunidense *Dow Jones* registrou queda de 3,39% e a brasileira fechou com queda de 2,82%. (BREXIT..., 2018). A libra esterlina, por sua vez, teve queda de 8,05% em relação ao dólar, registrando a sua maior queda em 31 anos, passando de US\$ 1,47 para próximo de US\$ 1,36. (COLSON, 2017). A reação no mercado financeiro ocorreu devido às incertezas da economia do Reino Unido, da Europa e do mundo com a decisão pelo Brexit. Segundo *The Guardian* (2018), acreditava-se que os votos do referendo fossem favoráveis à permanência na UE.

Após a saída de *David Cameron*, o partido conservador precisava escolher um novo primeiro ministro e ao mesmo tempo uma liderança que conduzisse o Brexit. Após a disputa dentro de seu partido, *Theresa May* foi escolhida, assumindo oficialmente o cargo de *premier* em 13 de julho de 2016. (JOHNSTON, 2019). *Theresa May* conduziu o processo de saída do Reino Unido do bloco europeu, acionando o Artigo 50 do Tratado de Lisboa. Em 29 de março de 2017, a primeira ministra enviou uma carta ao presidente do conselho europeu, *Donald Tusk*, iniciando o processo de saída, com prazo para terminar em 29 de março de 2019. (CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA, 2019).

¹⁷ “A negotiation with the European Union will need to begin under a new prime minister and I think it's right that this new prime minister takes the decision about when to trigger Article 50 and start the formal and legal process of leaving the EU. I will attend the European Council next week to explain the decision the British people have taken and my own decision”.

Em 18 de abril de 2017, *Theresa May* convocou novas eleições gerais, antecipando as eleições que estavam previstas para 2020. A *premier* alegou que os partidos de oposição estavam dificultando os acordos do governo com a UE e era necessária uma unidade no governo para que as negociações do Brexit avançassem. (RAYNER; SWINFORD; HOPE, 2017). De acordo com *Theresa May*, era importante novas eleições para que os cidadãos elessem os parlamentares que estavam de acordo com anseios do Brexit. As eleições gerais ocorreram em 8 de junho de 2017, resultando na vitória do partido conservador, que conquistou 317 assentos no parlamento, seguido do partido trabalhista, com 262 assentos. Em terceiro lugar ficou o partido nacional escocês, com 35 assentos, em quarto os liberais democratas, com 12 assentos, em quinto o Partido Unionista Democrático, com 10 assentos, e outros partidos com 14 assentos. (GENERAL..., 2019).

Mesmo com a vitória do partido conservador, *Theresa May* saiu enfraquecida das eleições porque seu partido perdeu a maioria absoluta no parlamento, ou seja, conquistou menos do que 326 assentos. A estratégia de *Theresa May* de chamar novas eleições foi desastrosa, já que ela possuía maioria absoluta antes das eleições. A *premier* se viu obrigada a formar um acordo com o Partido Unionista Democrático para obter a maioria no parlamento e conseguir governar. (VIEGAS, 2019).

Após muitas rodadas de negociações, em 25 de fevereiro de 2018, os líderes da UE chegaram a um acordo sobre a saída do Reino Unido do bloco. Os principais aspectos abordados foram referentes ao período de transição, à fronteira entre Irlanda e Irlanda do Norte, ao direito dos cidadãos e às obrigações financeiras. (CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA, 2018).

A primeira ministra colocou em votação o projeto no parlamento três vezes. A primeira em 15 de janeiro de 2019, a segunda em 12 de março de 2019 e a terceira, e última, em 29 de março de 2019. O projeto foi rejeitado pelo parlamento em todos esses momentos, sendo que a cada votação *Theresa May* ajustava o acordo para atender às exigências dos parlamentares, porém sem sucesso. (APÓS..., 2019).

Um dos principais motivos do desacordo do Brexit pelo parlamento foi o chamado *backstop*, que tem por função garantir que não haja uma fronteira rígida entre a Irlanda e a Irlanda do Norte, caso o Reino Unido não chegue a um acordo amigável com a UE. Para os parlamentares, o *backstop* deveria ter um tempo limitado porque poderia prejudicar o Reino Unido caso a Irlanda do Norte

permanecesse indefinidamente no bloco europeu. Já o acordo da UE não previa um tempo determinado, prezando o Acordo de Belfast, que extinguiu a fronteira rígida e encerrou anos de violência entre protestantes e católicos irlandeses. (O QUE..., 2019).

Após vários fracassos e sob pressão, em 24 de maio de 2019, *Theresa May* anunciou sua demissão do cargo de primeira ministra britânica. Oficialmente, a premier saiu do cargo no dia 7 de junho de 2019, abrindo uma nova votação dentro de seu partido para a nomeação de um novo primeiro ministro. A sua declaração de renúncia foi:

Eu negocieei os termos de nossa saída e um novo relacionamento com nossos vizinhos mais próximos que protegem empregos, nossa segurança e nossa união. Eu fiz tudo que podia para convencer os deputados a apoiar esse acordo. Infelizmente, não consegui fazê-lo. Eu tentei três vezes. [...] Por isso hoje estou anunciando que vou renunciar como líder do Partido Conservador e Unionista na sexta-feira, 7 de junho, para que um sucessor possa ser escolhido. [...] É, e sempre será, uma questão de profundo pesar para mim que eu não tenha conseguido entregar o Brexit. Será o meu sucessor que buscará um caminho que honre o resultado do referendo. (MAY, 2019, tradução nossa).¹⁸

Após a saída de *Theresa May*, novamente o partido conservador precisou encontrar um novo líder que assumisse o parlamento e as conturbadas negociações da saída do Reino Unido da UE. Um candidato em especial se destacava, *Boris Johnson*¹⁹, ex-jornalista, ex-prefeito de Londres, ex-ministro das relações exteriores e um grande apoiador da campanha do *Leave* no referendo de 2016. *Boris Johnson* sempre foi uma *persona* polêmica e popular entre os cidadãos e entre os membros do partido conservador, que agora candidatava-se como líder do partido. (DAVIES, 2019).

¹⁸ “I negotiated the terms of our exit and a new relationship with our closest neighbours that protects jobs, our security and our Union. I have done everything I can to convince MPs to back that deal. Sadly, I have not been able to do so. I tried three times. [...] So I am today announcing that I will resign as leader of the Conservative and Unionist Party on Friday 7 June so that a successor can be chosen. [...] It is, and will always remain, a matter of deep regret to me that I have not been able to deliver Brexit. It will be for my successor to seek a way forward that honours the result of the referendum”.

¹⁹ Boris Johnson iniciou sua carreira profissional como jornalista no *The Times* e trabalhou no *The Daily Telegraph* e no *The Spectator*, onde passou a ser um jornalista conhecido pelos britânicos. Entrou para o cenário político em 2001, sendo eleito pela primeira vez como membro do parlamento. Foi eleito prefeito de Londres em 2008, ocupando este cargo por oito anos. Em 2016, foi um dos políticos mais envolvidos na campanha para a saída do Reino Unido da UE e no mesmo ano foi convidado pela primeira ministra *Theresa May* para ser chanceler das relações exteriores. Ele ficou no cargo até 2018, quando renunciou em protesto aos planos de *Theresa May* para o Brexit. (DAVIES, 2019).

O processo da escolha do líder conservador ocorreu, primeiramente, entre os parlamentares do partido em cinco sessões de votação. Dez parlamentares se candidataram para o processo, sendo que a cada sessão os menos votados eram eliminados até restarem dois. Ao final do processo, os dois candidatos mais votados foram *Boris Johnson*, com 160 votos, e *Jeremy Hunt*, com 77 votos. (JOHNSTON, 2019). A etapa da escolha do líder consistiu em uma votação entre os membros do partido. O resultado foi anunciado em 23 de julho de 2019, com a vitória de *Boris Johnson*, que obteve 92.153 votos (66,4%), derrotando o candidato *Jeremy Hunt*, que obteve 46.656 votos (33,6%). (JOHNSTON,2019).

Boris Johnson sempre deixou claro seu ceticismo em relação a UE desde quando era correspondente em Bruxelas (1989-1994) do *The Daily Telegraph*. (KIRBY, 2019). Foi personagem central na campanha do referendo em favor do Brexit, sendo que, inclusive, rompeu laços com o primeiro ministro, na época, *David Cameron*, que defendia a permanência do país na UE. Ele prometeu que o país sairia da UE com ou sem acordo no dia 31 de outubro de 2019 e ainda mencionou que o Reino Unido não pagaria a multa por sua saída (£ 39 bilhões), caso não houvesse uma negociação favorável. (O QUE..., 2019).

Devido ao impasse do parlamento do Reino Unido em aceitar as cláusulas impostas por *Boris Johnson*, a UE estendeu o prazo do Brexit para 31 de janeiro de 2020, permitindo, assim, uma extensão flexível para a saída do país do bloco europeu. Essa extensão do período foi necessária para que o parlamento analisasse o acordo feito entre o primeiro ministro e seus pares na UE, chamado de Lei do Acordo de Retirada.

4 IMPACTOS ECONÔMICOS DO BREXIT

Neste capítulo, inicialmente, são descritas a agregação regional e setorial e apresentado o cenário. Por fim, são analisados os resultados do estudo.

4.1 AGREGAÇÃO REGIONAL E SETORIAL E CENÁRIO

Os modelos de equilíbrio geral computáveis são utilizados para verificar as consequências econômicas dos países que entram ou saem de acordos de integração comercial. Conforme definição de Azevedo (2008), esses modelos são utilizados para verificar os impactos sobre produção e comércio internacional e bem-estar das populações das nações que estão envolvidas em acordos preferenciais de comércio.

Para medir os efeitos econômicos causados pelo Brexit foi utilizado o GTAP, versão 9. A partir desse modelo, é possível verificar os efeitos, por exemplo, das variações do volume de importação e do bem-estar do Reino Unido e de seus parceiros comerciais. Esta versão do GTAP possui uma base de dados que engloba 140 regiões e uma gama de 57 setores. O modelo funciona em uma economia com retornos constantes de escala e num ambiente de concorrência perfeita, englobando multirregiões e multissetores. (DEPARTMENT OF AGRICULTURAL ECONOMICS PURDUE UNIVERSITY, 2019).

Neste estudo, foram analisados oito regiões e seis setores referentes ao ano de 2011. Além das principais regiões que são o propósito desse estudo – Reino Unido e UE – também foram incluídos nas análises o Brasil; o USMCA (EUA, México e Canadá), devido ao grande mercado que essas regiões representam; o Resto da América; o RICS (Rússia, Índia, China e África do Sul), devido à crescente inserção desses mercados no comércio mundial; a Noruega, devido ao tratamento tarifário especial que esse país possui com a UE; e, por último, o Resto do Mundo. A agregação regional é especificada a seguir:

1. Reino Unido;
2. UE27: Áustria, Bélgica, Bulgária, Croácia, Chipre, República Checa, Dinamarca, Estônia, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Hungria,

Irlanda, Itália, Letônia, Lituânia, Luxemburgo, Malta, Países Baixos, Polônia, Portugal, Eslováquia, Eslovênia, Romênia, Espanha e Suécia;

3. Brasil;
4. USMCA: EUA, México e Canadá;
5. Resto da América: Argentina, Uruguai, Peru, Venezuela, Paraguai, Bolívia, Equador, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Nicarágua, Honduras, Panamá, El Salvador, República Dominicana, Jamaica, Porto Rico, Trinidad e Tobago, Resto da América do Sul, Resto da América Central, Resto do Caribe e Resto da América do Norte;
6. RICS: Rússia, Índia, China e África do Sul;
7. Noruega;
8. Resto do Mundo: Austrália, Nova Zelândia, Resto da Oceania, Hong Kong, Japão, Coreia, Mongólia, Taiwan, Resto do Leste Asiático, Brunei Darussalam, Camboja, Indonésia, Laos, Malásia, Filipinas, Singapura, Tailândia, Vietnam, Resto do Sudeste Asiático, Bangladesh, Nepal, Paquistão, Sri Lanka, Sul da Ásia, Suíça, Resto da Associação Europeia de Livre Comércio, Albânia, Bielorrússia, Ucrânia, Resto do Leste Europeu, Resto da Europa, Cazaquistão, Quirguistão, Resto da Antiga União Soviética, Armênia, Azerbaijão, Georgia, Bahrein, Irã, Israel, Jordânia, Kuwait, Omã, Qatar, Arábia Saudita, Turquia, Emirados Árabes Unidos, Resto do Oeste Asiático, Egito, Marrocos, Tunísia, Resto do Norte da África, Benin, Burkina Faso, Camarões, Costa do Marfim, Gana, Guiné, Nigéria, Senegal, Togo, Resto do Oeste da África, Resto da África Central, Centro Sul da África, Etiópia, Kenia, Madagascar, Malawi, Ilhas Maurício, Moçambique, Ruanda, Tanzânia, Uganda, Zâmbia, Zimbábue, Resto do Leste da África, Botsuana, Namíbia, Resto da União Aduaneira da África do Sul e Resto do Mundo.

Já os setores foram organizados de acordo com a classificação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). De acordo com Hatzichronoglou (1997), a proposta da OCDE para a classificação dos setores leva em consideração tanto o nível de tecnologia específica dos setores quanto a tecnologia incorporada nos bens de capital e nos intermediários. Os setores são

descritos a seguir, sendo também incluídos na análise o setor primário e o setor de serviços:

1. Primários: arroz em casca, trigo, grãos de cereais, frutas e vegetais, oleaginosas, cana de açúcar e açúcar de beterraba, fibras vegetais, outras culturas, animais vivos, produtos de origem animal, leite, lã, silvicultura, pescados, carvão, óleo, gás, minerais, produtos de carne bovina, produtos à base de carne, óleos e gorduras vegetais;
2. Baixa tecnologia: laticínios, arroz processado, açúcar processado, outros produtos alimentares, bebidas e produtos de tabaco, têxteis, vestuário, produtos em couro, produtos de madeira, produtos de papel;
3. Média-baixa tecnologia: produtos de petróleo e de carvão, produtos de metais, metais ferrosos, outros metais, produtos minerais;
4. Média-alta tecnologia: veículos motorizados e peças, equipamentos de transporte, produtos químicos e plásticos;
5. Alta tecnologia: máquinas e equipamentos, equipamentos eletrônicos e outras manufaturas;
6. Serviços: eletricidade, distribuição de gás, água, construção, comércio, transporte marítimo, aéreo e outros, comunicação, serviços financeiros, seguros, serviços para empresas, recreação, administração pública e defesa e educação e saúde, habitação.

Para avaliar como seriam os efeitos do rompimento do Reino Unido com a UE, sem nenhum acordo, foi realizada uma simulação que considerou a média das tarifas utilizadas pelo bloco europeu no comércio com as regiões analisadas conforme estudo de Megiato, Massuquetti e Azevedo (2019). Assim, aplicou-se um choque no comércio, a partir dessas novas tarifas, entre Reino Unido e UE. As novas tarifas seriam equivalentes ao comércio das regiões no padrão da Organização Mundial de Comércio (OMC), ou seja, não haveria tratamento especial entre os envolvidos, conforme observa-se na Tabela 1.

A simulação foi aplicada nas importações bilaterais entre Reino Unido e UE, com o intuito de observar o comércio entre ambas na ausência da integração comercial. Essa simulação foi realizada com o fechamento convencional do GTAP, que leva em consideração a mobilidade intersetorial perfeita de trabalho e de capital

e mobilidade imperfeita dos recursos naturais e dos fatores terra. A oferta agregada nacional dos fatores de produção é exógena para cada região, assim como a tecnologia de produção das firmas.

Tabela 1 – Variação das tarifas das importações bilaterais (pontos percentuais)

Setores	Tarifas
Primários	1,49
Baixa Tecnologia	6,30
Média-Baixa Tecnologia	0,68
Média-Alta Tecnologia	1,45
Alta Tecnologia	0,64
Serviços	0,00

Fonte: GTAP.

Os maiores aumentos de tarifas bilaterais ocorreriam no setor de baixa tecnologia, com um aumento de 6,30 pontos percentuais. Esse setor corresponde aos produtos como laticínios, arroz, açúcar processado, bebidas, têxteis, vestuário etc. e representaria os maiores aumentos de preços no comércio entre as duas regiões, sendo então o mais atingido com a saída do Reino Unido da UE. O setor primário obteria um aumento tarifário de 1,49 ponto percentual e o setor de média-alta tecnologia de 1,45 ponto percentual, sendo os mais atingidos após o de baixa tecnologia. O setor de alta tecnologia seria um dos menos atingidos, só perdendo para o setor de serviços, que manteria as tarifas em zero. Isso ocorreria devido à UE já praticar tarifas mais baixas de importação por possuírem uma indústria mais competitiva.

De acordo com Michels, Massuquetti e Azevedo (2019), uma mudança nas tarifas de importação pode ocasionar alterações nos preços dos bens importados de um país. Logo, um aumento de tarifa pode elevar os preços das mercadorias importadas, ocorrendo, assim, preferência pelos bens domésticos (mais baratos) em detrimento dos importados. O contrário também verdadeiro, ou seja, tarifas de importação mais baixas geram preferência pelos produtos importados em detrimento dos domésticos.

Os choques tarifários não são as únicas causas que explicam as mudanças de comércio entre as regiões. Também é necessário considerar as elasticidades de substituição para explicar os efeitos na demanda quando há uma mudança de preço nos bens comercializados devido às alterações nas tarifas. (VENTORINI; AZEVEDO, 2018). Na Tabela 2 observam-se os valores da elasticidade de substituição referentes à elasticidade de substituição entre fatores de produção primários

(ESUBVA), à elasticidade de substituição entre bens domésticos e bens importados (ESUBD) e à elasticidade de substituição entre importações de diferentes fontes (ESUBM).

Tabela 2 – Elasticidades de substituição

Setores	ESUBVA	ESUBD	ESUBM
Primários	0,28	3,85	9,95
Baixa Tecnologia	1,20	2,81	6,14
Média-Baixa Tecnologia	1,26	2,90	6,04
Média-Alta Tecnologia	1,26	3,24	6,50
Alta Tecnologia	1,26	4,11	8,27
Serviços	1,36	1,94	3,85

Fonte: GTAP.

Maiores alterações tarifárias aliadas às elevadas elasticidades de substituição ocasionariam mudanças nas importações dos setores das regiões analisadas. Neste caso, permite-se deduzir que o setor primário e o de baixa tecnologia seriam os mais afetados por possuírem os maiores aumentos tarifários dentre os setores e a segunda e a quinta maiores elasticidades de substituição (ESUBD). Logo, o comércio de bens primários e de baixa tecnologia entre o Reino Unido e a UE diminuiria devido aos altos preços praticados e à maior disponibilidade das regiões de substituírem os produtos importados por produtos domésticos. Caso a cesta de produtos primários e de baixa tecnologia não sejam as suas especialidades, as regiões, ao se voltarem para o mercado interno, poderiam estar pagando mais caro pelos produtos em relação aos importados dos parceiros comerciais.

Como o processo de ruptura da integração entre a UE e o Reino Unido foi iniciado com o referendo de 2016, pretende-se examinar os principais impactos dessa nova relação comercial tanto em termos de comércio quanto de bem-estar. Os resultados dessa simulação são apresentados na próxima seção.

4.2 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.2.1 Impactos sobre o comércio internacional

A Tabela 3 mostra a variação nas importações da UE e do Reino Unido a partir do Brexit sem acordo e com tarifas praticadas pela OMC. Conforme é possível observar, as importações da UE, provenientes do Reino Unido, cairiam significativamente em todos os setores. Os setores mais prejudicados seriam o de

baixa tecnologia (-21,74%) e de produtos primários (-18,12%). Por outro lado, ocorreria um aumento no volume das importações oriundas de todas as demais regiões analisadas, com destaque para o Brasil, que apresentaria expansão nas importações de todos os setores, principalmente nos setores primários (1,15%) e de alta tecnologia (0,64%). O mesmo ocorreria com o Resto da América, com destaque para uma possível expansão das importações nos setores primários (1,19%) e de alta tecnologia (0,60%).

Tabela 3 – Variação no volume das importações (%)

Setores	Reino Unido	UE27	Brasil	USMCA	Resto América	RICS	Noruega	Resto Mundo
Importações da UE								
Primários	-18,12	1,13	1,15	1,16	1,19	1,13	0,86	1,13
Baixa	-21,74	0,81	0,49	0,45	0,47	0,45	0,29	0,43
Média-Baixa	-2,87	0,25	0,38	0,34	0,37	0,33	0,18	0,32
Média-Alta	-5,38	0,46	0,40	0,37	0,40	0,35	0,25	0,34
Alta	-4,68	0,34	0,64	0,60	0,60	0,55	0,22	0,53
Serviços	-0,58	0,01	0,31	0,26	0,27	0,30	0,25	0,28
Importações do Reino Unido								
Primários	2,03	-9,89	3,35	3,33	3,34	3,34	2,75	3,37
Baixa	11,32	-21,70	13,3	13,33	13,33	13,31	13,23	13,35
Média-Baixa	-0,11	-2,67	0,98	0,99	0,99	0,99	0,87	1,02
Média-Alta	2,85	-4,32	4,65	4,68	4,69	4,67	4,65	4,71
Alta	0,26	-2,68	1,89	1,92	1,92	1,91	1,87	1,96
Serviços	-0,42	0,55	0,06	0,1	0,1	0,08	0,06	0,11

Fonte: GTAP.

O Reino Unido também diminuiria as importações provenientes da UE. Todos os setores analisados teriam queda, com exceção de serviços, com destaque nos mesmos setores: produtos primários (-9,89%) e baixa tecnologia (-21,70%). No entanto, ocorreria aumento do volume importado pelo Reino Unido das demais regiões e internamente, onde a ampliação do mercado doméstico se verifica nos produtos primários, de baixa e de média-alta tecnologia, com aumentos de 2,03%, 11,32% e 2,85%, respectivamente. Verifica-se também que o Reino Unido expandiria as importações em mais de 10% no setor de baixa tecnologia com todos os parceiros analisados, substituindo, assim, as importações provenientes da EU, que teriam uma queda drástica.

Por fim, haveria a deterioração da relação comercial entre Reino Unido e UE e o aumento de comércio com as demais regiões, em todos os setores. O Brexit, portanto, com o aumento das tarifas de importação, prejudicaria a relação comercial entre as duas regiões.

4.2.2 Efeitos sobre o bem-estar

Na Tabela 4 são apresentados os efeitos sobre o bem-estar nas regiões analisadas. Segundo Azevedo e Feijó (2010), a soma dos efeitos alocativos, termos de troca e efeito I-S resultariam no efeito total, que mostra como seria o bem-estar da população após a introdução ou a ruptura de um acordo preferencial de comércio²⁰.

Tabela 4 – Efeitos sobre o bem-estar (milhões de US\$)

Regiões	Efeitos Alocativos	Termos de Troca	Efeito I-S	Efeito Total
Reino Unido	-1.052,2	-2.119,68	-250,06	-3.421,94
UE27	-504,79	-1483,74	32,96	-1.955,58
Brasil	70,38	142,17	1,02	213,57
USMCA	72,8	569,86	279,7	922,36
Resto da América	33,47	159,92	2,37	195,77
RICS	443,43	884,55	2,01	1.329,99
Noruega	19,25	219,03	-18,24	220,04
Resto do Mundo	258,61	1.624,69	-50,05	1.833,25

Fonte: GTAP.

A região mais afetada com o Brexit seria o próprio Reino Unido, com uma perda de bem-estar total igual a US\$ -3,42 bilhões, ocorrendo perdas em todas as dimensões. Dentre os efeitos, as maiores perdas se concentrariam na deterioração dos termos de troca, com perdas de US\$ -2,12 bilhões, seguidos pelos efeitos alocativos, com perda de US\$ -1,05 bilhão, e os efeitos I-S, com perdas de US\$ -250,06 milhões. A UE27 também seria afetada negativamente, com uma perda total de bem-estar em torno de US\$ -1,96 bilhão, com destaque na deterioração dos termos de troca, onde ocorreriam as maiores perdas, ficando em torno de US\$ -1,48 bilhão. Os maiores beneficiados seriam os países do RICS, com aumento do efeito total de US\$ 1,33 bilhão, seguido pelo Resto do Mundo, com saldo positivo de US\$ 1,83 bilhão, e USMCA, com saldo de US\$ 922,36 milhões. O Brasil também seria beneficiado, porém com menos ênfase, ocorrendo aumento do bem-estar total equivalente a US\$ 213,57 milhões, com destaque para o aumento dos termos de troca, que ficariam em US\$ 142,17 milhões.

²⁰ Em modelos de equilíbrio geral estáticos, com dotação de fatores e tecnologia fixas, o modo de aumentar o bem-estar seria por meio da redução das distorções existentes com as mudanças na eficiência alocativa, resultantes da interação entre as mudanças nas tarifas e as quantidades. Entretanto, as mudanças no bem-estar não se restringiriam às mudanças alocativas, mas também incluiriam as mudanças nos termos de troca e no preço relativo da poupança e do investimento. (AZEVEDO; FEIJÓ, 2010).

Na Tabela 5 observa-se a eficiência alocativa dos setores nas regiões analisadas. A eficiência alocativa significa que o país escolherá alocar seus recursos escassos na produção de bens e serviços para atender as suas necessidades:

Os ganhos de eficiência estão estritamente relacionados com o grau no qual um país reduz suas tarifas. Produtos importados mais baratos provocam ganhos tanto no consumo ampliado como na forma na qual os recursos domésticos são aplicados. (AZEVEDO; FEIJÓ, 2010, p. 129).

Tabela 5 – Decomposição da eficiência alocativa (milhões de US\$)

Regiões/Setores	Primários	Baixa	Média-Baixa	Média-Alta	Alta	Serviços	Total
Reino Unido	-7,34	-502,5	-173,96	-290,12	-84,83	2,28	-1052,2
UE27	-59,98	-611,99	120,95	-58,3	56,14	-6,28	-504,79
Brasil	2,01	8,92	2,81	16,94	27,01	12,35	70,38
USMCA	5,53	20,59	3,38	27,28	11,9	5,7	72,8
Resto da América	2,28	10,78	1,33	8,19	6,81	4,58	33,47
RICS	-35,46	256,68	-18,32	104,62	72,06	65,56	443,43
Noruega	8,11	2,38	-0,09	-0,45	0,47	9,55	19,25
Resto do Mundo	59,04	93,63	-9,32	44,44	25,49	60,52	258,61

Fonte: GTAP.

O Reino Unido teria perda de eficiência alocativa total de US\$ -1,05 bilhão, registrando queda em todos os setores, com exceção de serviços, que ficaria positivo em US\$ 2,28 milhões. O setor com maior perda seria o de baixa tecnologia, com US\$ -502,5 milhões, seguido do setor de média-alta tecnologia, com US\$ -290,1 milhões. Na UE27, o total das perdas em eficiência alocativa ficaria em US\$ -504,79 milhões, com destaque também para o setor de baixa tecnologia, com US\$ -611,99 milhões, seguido do setor primário, com perdas de US\$ -59,98 milhões. Ao contrário do Reino Unido, na UE27 ocorreriam ganhos de eficiência alocativa no setor de média baixa tecnologia, com saldo positivo de US\$ 120,9 milhões, e de alta tecnologia, com saldo de US\$ 56,14 milhões. No geral, as perdas do Reino Unido seriam maiores em relação às demais regiões pesquisadas, indicando uma ineficiência na sua alocação da produção, que refletiria negativamente no bem-estar dos cidadãos do Reino Unido.

A região do RICS teria perdas no setor primário, com US\$ -35,46 milhões, e no setor de média baixa tecnologia, com US\$ -18,32, porém na soma total dos setores, a região teria um ganho de US\$ 443,4 milhões, obtendo, assim, o maior ganho alocativo dentre as regiões pesquisadas. O Brasil também melhoraria sua eficiência alocativa, ficando com saldo positivo de US\$ 70,38 milhões, com ênfase no setor de alta tecnologia, com US\$ 27,01 milhões.

A Tabela 6 mostra a variação dos termos de troca das regiões pesquisadas. Os termos de troca são a razão dos preços dos bens que um determinado país exporta divididos pelos preços dos bens que esse mesmo país importa. Assim, um aumento nos termos de troca eleva o bem-estar de um país, enquanto um declínio nos termos de troca provoca o efeito contrário.

Tabela 6 – Variação nos termos de troca (milhões de US\$)

Regiões/Setores	Primários	Baixa	Média-Baixa	Média-Alta	Alta	Serviços	Total
Reino Unido	-176,82	-90,9	-106,19	-163,65	-208,3	-1.374,1	-2.120
UE27	-285,23	-161,48	-139,06	-295,92	-371,71	-230,37	-1.483,77
Brasil	60,69	19,04	4,79	9,72	4,03	43,95	142,22
USMCA	-14,45	-5,86	50,95	134,64	57,12	347,48	569,89
Resto da América	88,4	8,85	21,55	-16,11	-12,82	70,08	159,95
RICS	-113,36	198,12	109,98	92,8	305,72	291,32	884,58
Noruega	105	10,31	14,21	11,08	16,98	61,56	219,15
Resto do Mundo	316,55	44,28	36,59	222,51	241,77	763,02	1.624,72

Fonte: GTAP.

Verifica-se que haveria deterioração dos termos de troca do Reino Unido em todos os setores analisados. O setor com maior perda seria o de serviços, que chegaria a US\$ -1,37 bilhão, seguido de alta tecnologia, que obteria perdas de US\$ -208,3 milhões. A UE27 também registraria perdas nos termos de troca em todos os setores, com destaque para o setor de alta tecnologia, com perdas de US\$ -371,7 milhões. Com o aumento das tarifas de importação oriundas da UE, o Reino Unido se voltaria para outros mercados para importar, tendo acesso a bens mais caros do que ele importava inicialmente dos seus parceiros do bloco. Assim, seus termos de troca seriam deteriorados. O mesmo ocorreria com a UE27, que deterioraria seus termos de troca, porém com menor intensidade, já que ainda manteria um grande mercado comum.

No caso do Brasil, haveria elevação de seus termos de troca em todos os setores, num total de US\$ 142,22 milhões. Os maiores beneficiados na variação dos termos de troca seriam o Resto do Mundo, com saldo de US\$ 1,62 bilhão, e os países do RICS, com saldo de US\$ 884,58 milhões.

Com base nestes resultados, corroboram-se evidências observadas em outros estudos, como Sampson (2017) e Megiato, Massuquetti e Azevedo (2019). Nota-se que tanto a UE quanto o Reino Unido sairiam prejudicados com o Brexit, principalmente o Reino Unido, que apresentaria as maiores perdas. Observou-se que o Reino Unido teria perdas no bem-estar, na eficiência alocativa e nos termos

de troca, obtendo os piores resultados dentre todas as regiões analisadas. Em relação à UE, também se identificaram perdas em todos os quesitos analisados, porém com menor intensidade do que no Reino Unido. Assim, haveria tendência de desvio de comércio para as demais regiões analisadas, beneficiando parceiros como RICS, USMCA e Brasil.

5 CONCLUSÃO

Com o processo do Brexit ainda em andamento na Europa e uma guerra comercial ocorrendo entre EUA e China, observam-se indícios de uma mudança nos padrões do comércio. Esse novo padrão seria caracterizado por uma prática protecionista presente nas políticas de comércio internacional.

Ao longo do estudo, foi descrito o processo que levou ao rompimento do Reino Unido com o bloco europeu. Observou-se que o país se manteve afastado das questões relacionadas à integração europeia e, mesmo quando de fato entrou para o bloco, manteve-se inquieto diante das condições impostas pela UE. Além disso, verificou-se que o maior parceiro comercial do Reino Unido é o bloco europeu.

Em 2016, os políticos britânicos atentos à onda eurocética que tomava o Reino Unido, lançaram como proposta um referendo que deu a vitória à saída do país do bloco. Desde o resultado ocorreram muitos desdobramentos políticos e econômicos, que deixaram indefinida a situação do Brexit.

Para compreender como se comportaria o comércio internacional e o bem-estar das regiões com o Brexit, criou-se um cenário de comércio entre ambos a partir da adoção de tarifas comerciais por meio do modelo de equilíbrio geral computável. Os resultados revelaram que o Reino Unido seria o maior prejudicado com a ruptura, ocorrendo uma redução no volume de bens transacionados e uma diminuição do bem-estar – queda na eficiência alocativa e deterioração dos termos de troca. Identificou-se que a UE também seria prejudicada com o Brexit, porém com menor intensidade devido ao seu mercado comum. Observou-se também que outras regiões obteriam vantagens comerciais e de bem-estar, como, por exemplo, RICS, USMCA e Brasil.

Os modelos de equilíbrio geral podem orientar os países na adoção de suas políticas econômicas. Sendo assim, o presente estudo buscou analisar os impactos econômicos do Brexit sobre o Reino Unido, a UE e os demais parceiros comerciais. O processo da ruptura ainda está em andamento, sendo importante a revisão dos termos negociados entre o país e o bloco europeu para compreender os rumos políticos e econômicos gerados a partir das decisões tomadas entre ambos.

REFERÊNCIAS

ANALYSIS of the EU Referendum results 2016. *In*: UK PARLIAMENT. Londres, 29 jun. 2016. Disponível:

<https://researchbriefings.parliament.uk/ResearchBriefing/Summary/CBP-7639>. Acesso em: 12 set. 2019

APÓS terceira rejeição ao plano de May para o Brexit, o que pode acontecer? **EI País**, Madri, 29 mar. 2019. Disponível em:

https://brasil.elpais.com/brasil/2019/03/29/internacional/1553874053_923847.htht. Acesso em: 20 maio. 2019.

AZEVEDO, André Filipe Zago de. Mercosul: o impacto da liberalização preferencial e as perspectivas para a união aduaneira. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 38, p. 167-196, 2008. Disponível em:

<http://ppe.ipea.gov.br/index.php/ppe/article/viewFile/116/1027>. Acesso em: 20 out. 2019.

AZEVEDO, André Filipe Zago de; FEIJÓ, Flávio Tosi. Análise empírica do impacto econômico da ALCA e da consolidação do Mercosul sobre o Brasil. **Revista de Economia**, v. 36, n. 2, a. 34, p. 119-149, 2010. Disponível em:

<https://revistas.ufpr.br/economia/article/view/22999/15120>. Acesso em: 15 out. 2019.

BALDWIN, Richard; WYPLOSZ Charles. **The economics of european integration**. New York: McGraw-Hill Education, 2009.

BLAIR, Tony. **Britain will be better with new Labour (letter)**. [S. l.: s. n.], 1997.

Disponível em: <https://www.fes.de/fulltext/ialhi/90057/90057001.htm#LOCE9E1>. Acesso em: 20 ago. 2019.

BREXIT panic wipes \$2 trillion off world markets - as it happened. **The Guardian**, Londres, 14 fev. 2018. Disponível em:

<https://www.theguardian.com/business/live/2016/jun/24/global-markets-ftse-pound-uk-leave-eu-brexite-live-updates>. Acesso em: 21 de jul. de 2019.

BRITAIN STRONGER IN EUROPE. Disponível em:

<https://www.strongerin.co.uk/#JpQz6lmZLW5JWYIO.97>. Acesso em: 15 set. 2019.

CAMERON, David. **A new settlement for the United Kingdom in a reformed European Union (letter)**. Londres: [s. n.], 2015. Disponível em:

https://assets.publishing.service.gov.uk/government/uploads/system/uploads/attachment_data/file/475679/Donald_Tusk_letter.pdf. Acesso em: 15 out. 2019.

CAROLAN, Bruce. The birth of the European Union: US and UK roles in the creation of a Unified European community. **Tulsa Journal of Comparative & International Law**, [s. l.], v. 16, n. 1, 2008. Disponível em:

<https://arrow.dit.ie/cgi/viewcontent.cgi?article=1009&context=aaschlawart>. Acesso em: 15 set. 2019.

CHURCHILL, Winston. **Discurso recitado pelo Exmo. Primeiro Ministro Britânico Winston Churchill na Universidade de Zurique, em 19 de setembro de 1946.**

Zurique: [s. n.], 1946. Disponível em: <http://www.churchill-society-london.org.uk/astonish.html>. Acesso em: 25 jun. 2019.

COMISSÃO EUROPEIA. **A União Europeia o que é e o que faz**. Luxemburgo: Serviço das Publicações da União Europeia, 2019. Disponível em: <http://publications.europa.eu/webpub/com/eu-what-it-is/pt/>. Acesso em: 01 de ago. de 2019.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. **Conclusões do conselho: projeto de acordo de saída entre a União Europeia e o Reino Unido**, 28 de fevereiro de 2018. Bruxelas: [S. n.], 2018. Disponível em: https://ec.europa.eu/commission/sites/beta-political/files/draft_withdrawal_agreement.pdf. Acesso em 10 jul. 2019.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. General Secretariat of the Council. **United Kingdom notification under Article 50 TEU**. Bruxelas: European Council, 2017. Disponível em: <http://data.consilium.europa.eu/doc/document/XT-20001-2017-INIT/en/pdf>. Acesso em 10 jul. 2019.

CONSELHO DA UNIÃO EUROPEIA. **Conclusões do conselho europeu, 18-19 de fevereiro de 2016**. Bruxelas: [S. n.], 2016. Disponível em: <https://www.consilium.europa.eu/media/21788/st00001pt16.pdf>. Acesso em 10 jul. 2019.

DAVIES, GUY. Meet Boris Johnson: The UK's controversial new prime minister. **ABC News**, Londres, 23 jul. 2019. Disponível em: <https://abcnews.go.com/International/meet-boris-johnson-controversial-figure-uks-prime-minister/story?id=63861394>. Acesso em: 13 ago. 2019.

DAVIS, Evan. Blair's economic legacy. **BBC News**, London, 10 mai. 2007. Disponível em: https://www.bbc.co.uk/blogs/thereporters/evandavis/2007/05/tony_blairs_economic_legacy_1.html. Acesso em: 14 jul. 2019.

DEPARTMENT OF AGRICULTURAL ECONOMICS PURDUE UNIVERSITY. **Gtap agecon**. West Lafayette: PURDUE, [2019?]. Disponível em: <https://www.gtap.agecon.purdue.edu/databases/v9/default.asp>. Acesso em: 02 out. 2019.

EUROPEAN UNION. European Commission. **The European Union explained: the founding fathers of the EU**. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2013 Disponível em: http://europa.rs/images/publikacije/osnivaci_EU_en.pdf. Acesso em: 12 abr. 2019.

FERREIRA, Cristina. Governo britânico nacionaliza banco Northern Rock. **O Público**, Lisboa, 18 fev. 2008. Disponível em: <https://www.publico.pt/2008/02/18/jornal/governo-britanico-nacionaliza-banco-northern-rock-249669>. Acesso em: 20 jun. 2019.

GENERAL Election 2010. *In*: UK PARLIAMENT. Londres, 02 fev. 2011. Disponível: https://researchbriefings.parliament.uk/ResearchBriefing/Summary/RP10-36_ Acesso em: 12 set. 2019

GENERAL election 2017: full results and analysis. *In*: UK PARLIAMENT. Londres, 29 jan. 2019. Disponível em: <https://researchbriefings.parliament.uk/ResearchBriefing/Summary/CBP-7979>. Acesso em: 12 set. 2019

GOES, Eunice. Dez anos de blairismo. **Relações Internacionais [online]**, Lisboa, n. 20, p. 97-114, 2008. Disponível em: http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S1645-91992008000300009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 25 jun. 2019.

GOVERNMENT policy on emu and the five economic tests. *In*: HM TRESURY. [S. I.], 2003. Disponível em: web.archive.org/web/20091209021819/http://www.hm-treasury.gov.uk/euro_assess03_repexecsum.htm. Acesso em: 10 ago. 2019.

HATZICHRONOGLU, T. Revision of the high-technology sector and product classification. **OECD Science, Technology and Industry Working Papers**, Paris, n. 02, 1997. Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/science-and-technology/revision-of-the-high-technology-sector-and-product-classification_134337307632. Acesso em: 27 out. 2019.

HOUSE OF LORDS. **Referendums in the United Kingdom**. Londres: The Stationery Office, 2010. Disponível em: <https://publications.parliament.uk/pa/ld200910/ldselect/ldconst/99/99.pdf>. Acesso em: 15 set. 2019.

JOHNSTON, Neil. Leadership Elections: Conservative Party. *In*: UK PARLIAMENT. Londres, 8 ago. 2019. Disponível em: <https://researchbriefings.parliament.uk/ResearchBriefing/Summary/SN01366>. Acesso em: 10 set. 2019.

KIRBY, Jen. Boris Johnson, the UK's next prime minister, explained in under 600 words. **Vox**, [s. l.], 23 jul. 2019. Disponível em: <https://www.vox.com/2019/7/23/20707069/boris-johnson-elected-uk-prime-minister-brexite-conservative-party-leader-election>. Acesso em: 20 ago. 2019.

MAGNOLI, Demétrio. **União Europeia história e geopolítica**. São Paulo: Moderna, 1994.

MARTIN, Will. Rollercoaster: Everything that has happened to the pound in the year since the Brexit vote. **Business Insider**, Londre, 25 jun. 2017. Disponível em: <https://www.businessinsider.com/the-pound-in-the-year-since-the-brexite-vote-2017-6>. Acesso em: 12 set. 2019

MAY, Theresa. 'A matter of deep regret': Read Theresa May's resignation speech in full. **Business Insider**, New York, 24 mai. 2019. Disponível em: <https://www.businessinsider.com/full-text-theresa-may-resignation-speech-2019-5>. Acesso em: 10 jun. 2019.

MCNABB, Carolina Vanzato. **A saída do Reino Unido da União Econômica e Monetária Europeia (Brexit): uma avaliação a partir das crises recentes e da instabilidade interna do bloco**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Relações Internacionais) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia,

2018. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/22330>. Acesso em: 24 abr. 2019.

MEGIATO, Ezequiel I.; MASSUQUETTI, Angélica; AZEVEDO, André Filipe Zago de. (Des)Integração comercial: impactos do Brexit. *In: APDR CONGRESS*, 26., 2019, Aveiro. **Anais eletrônicos** [...]. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2019. Disponível em: http://apdr.pt/data/documents/ATAS_APDRcongress2019.pdf. Acesso em: 02 out. 2019.

MICHELS Karen Forneck Cardoso; MASSUQUETTI, Angélica; AZEVEDO, André Filipe Zago de. Da Alemanha aos países do leste Europeu: a similaridade do perfil de exportação do Brasil para a União Europeia. *In: APDR CONGRESS*, 26., 2019, Aveiro. **Anais eletrônicos** [...]. Aveiro: Universidade de Aveiro, 2019. Disponível em: http://apdr.pt/data/documents/ATAS_APDRcongress2019.pdf. Acesso em: 02 out. 2019.

O QUE é o 'backstop', a polêmica cláusula que tem impedido 'divórcio amistoso' entre Reino Unido e União Europeia. **BBC News Brasil**, São Paulo, 13 mar. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47554776>. Acesso em: 10 ago. 2019.

OLIVER, Tim. **Understanding Brexit**: a concise introduction. Bristol: Policy Press, 2018. *Ebook*.

PRIME Minister's speech on Europe. *In: GOV.UK*. Londres, 10 nov. 2015. Disponível em: <https://www.gov.uk/government/speeches/prime-ministers-speech-on-europe>. Acesso em: 12 out. 2019

QUEM É Boris Johnson, o polêmico novo premiê britânico que conduzirá Brexit. **BBC News Brasil**, São Paulo, 23 jul. 2019. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-49066508>. Acesso em: 10 ago. 2019.

RAYNER, Gordon; SWINFORD, Steven; HOPE, Christopher. May's bolt from the blue. **The Daily Telegraph**, Londres, 19 abr. 2017. Disponível em: <https://www.pressreader.com/uk/the-daily-telegraph/20170419/281479276290272> . Acesso em: 13 ago. 2019.

RESULTADOS das eleições europeias - 2014 - União Europeia. *In: PARLAMENTO Europeu*. Estrasburgo, 01 jul. 2014. Disponível: <http://www.europarl.europa.eu/about-parliament/pt/in-the-past/previous-elections>. Acesso em: 12 set. 2019

SAMPSON, Thomas. Brexit: the economics of international disintegration. **Journal of Economic Perspectives**, v. 31, p. 163-184, 2017.

SCHUMAN, Robert. **Declaração lida pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros Francês Robert Schuman que levou à criação da Comunidade Europeia do Carvão e do Aço, em 9 de maio de 1950**. Paris: [s. n.], 1950. Disponível em: https://europa.eu/european-union/about-eu/symbols/europe-day/schuman-declaration_fr. Acesso em: 10 abr. 2019.

SILVA, Antônio Martins. **História da unificação europeia**: a Integração Comunitária (1945-2010). Coimbra: Tipografia Lousanense, 2010. *Ebook*.

SILVEIRA, M. S. **BREXIT**: O Reino Unido face ao projeto de integração europeia. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Econômicas) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

SMITH, Adams. **An inquiry in to the nature and causes of wealth of nations**. [S. l.]: Metalibri, 2007.

SODER, José. **A União Europeia**. São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 1995.

SOKOLSKA, Ina. Evolução histórica da integração europeia. *In*: PARLAMENTO Europeu. Estrasburgo, mai. 2019. Disponível em: <https://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/section/185/evolucao-historica-da-integracao-europeia>. Acesso em: 20 jul. 2019.

TEXT of David Cameron’s Speech After ‘Brexit’ Vote. **New York Times**, Nova York, 24 jun. 2016. Disponível em: <https://www.nytimes.com/2016/06/25/world/europe/david-cameron-speech-transcript.html>. Acesso em: 12 out. 2019

THE ELECTORAL COMMISSION. **The 2016 EU referendum**. Report on the 23 June 2016 referendum on the UK’s membership of the European Union. Londres: Electoral Commission, 2016. Disponível em: https://www.electoralcommission.org.uk/sites/default/files/pdf_file/2016-EU-referendum-report.pdf. Acesso em: 15 out. 2019.

THORSTENSEN, Vera. **Tudo sobre comunidade europeia**. São Paulo: Brasiliense, 1992.

TRADE in goods by top 5 partners, European Union, 2018. *In*: EUROSTAT. [S. l.], 2019. Disponível em: <https://ec.europa.eu/eurostat/web/international-trade-in-goods/visualisations>.

UN COMTRADE Database. *In*: UN COMTRADE. [S. l., 2019?]. Disponível em: <https://comtrade.un.org/data/>. Acesso em: 13 ago. 2019

VENTORINI, Aline Ribeiro de Oliveira; AZEVEDO André Filipe Zago de. Os efeitos da aliança do pacífico sobre o comércio e o bem-estar da região e do Mercosul. **Análise Econômica**, Porto Alegre, v. 36, n. 70, p. 149-177, jun. 2018. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/AnaliseEconomica/article/view/61065>. Acesso em: 15 out. 2019.

VERBEKEN, Dirk; RAKIĆ, Dražen. A história da União Económica e Monetária. *In*: PARLAMENTO Europeu. Estrasburgo, mai. 2019. Disponível em: <http://www.europarl.europa.eu/factsheets/pt/sheet/79/a-historia-da-uniao-economica-e-monetaria>. Acesso em 20 jul. 2019.

VIEGAS, Patrícia. Theresa May: o Brexit a trouxe ao poder e o Brexit a derrubou. **Diário de Notícias**, Lisboa, 24 mai. 2019. Disponível em:

<https://www.dn.pt/mundo/theresa-may-o-brexit-a-trouxe-ao-poder-e-o-brexit-a-derrubou-10936319.html>. Acesso em: 10 jul. 2019.

WHY vote leave. *In*: WHY vote leave. [S. l., 2019?]. Disponível em: http://www.voteleavetakecontrol.org/why_vote_leave.html. Acesso em: 20 ago. 2019.

WORLD Development Indicators. *In*: THE WORLD Bank. [S. l., 2019?]. Disponível em: <https://databank.worldbank.org/reports.aspx?source=2&country=EUU>. Acesso em: 13 ago. 2019

YOUR right to choose. *In*: HARVARD DIGITAL, [S. l.], 1975. Disponível em: <http://www.harvard-digital.co.uk/euro/pamphlet.htm>. Acesso em: 15 set. 2019.